

Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 / Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Relação dos primeiros 40 membros que participaram em iniciativas de grande relevo levadas a efeito por esta Instituição, no período de 1861 a 1880.



Em 16 de maio de 1861, às oito e meia da noite, o industrial Feliciano de Andrade Moura reuniu, em sua residência na Rua Augusta, 193, diversos habitantes de Lisboa de todas as classes sociais, unidos por um sentimento patriótico. Nessa reunião, decidiu-se comemorar condignamente a data do 1.º de Dezembro. A sessão foi secretariada por Pedro Wenceslau de Brito Aranha e Joaquim António Gonçalves Teixeira.

Uma nova reunião ocorreu no mesmo local em 24 de maio. Nela, Brito Aranha propôs, juntamente com José Maria Chaves, convidar os descendentes dos fidalgos portugueses que, em 1640, iniciaram a Revolução Nacional, para integrarem uma associação a ser formada, denominada Associação Nacional 1.º de Dezembro. Feliciano de Andrade Moura presidiu a essa reunião, novamente secretariado por Pedro Wenceslau de Brito Aranha e Joaquim António Gonçalves Teixeira.

Outras reuniões se seguiram, impulsionadas pela iniciativa e persistência de Feliciano de Andrade Moura, que contou com o apoio de notáveis como José Estêvão Coelho de Magalhães, Anselmo José Braamcamp, Inocêncio Francisco da Silva e Alexandre Herculano. Este último foi um dos redatores de um manifesto destinado a despertar a alma

portuguesa contra as intenções absorventes dos iberistas, tanto dentro como fora das fronteiras de Portugal.

Assim, a comemoração da Restauração de Portugal, naquele distante ano de 1861, adotou as cores azul e branca, então representativas da nação, em oposição às cores iberistas.

A Comissão Central 1.º de Dezembro teve seus primeiros estatutos aprovados por decreto do Ministério do Reino em 1 de dezembro de 1869. O relatório que precedeu esses estatutos foi assinado por Alexandre Herculano, Mendes Leal, José Estêvão, entre outros.

Em acta da sessão da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, datada de 1 de setembro de 1877, às oito e meia da noite, o vice-presidente abriu a sessão com a presença dos senhores Visconde de Faro, D. José Saldanha, Mello e Carvalho, Lino de Carvalho, Paiva Reis, Feijóo, Ressano Garcia, Coelho Torrezão e Firmo Rodrigues. Posteriormente, juntou-se o senhor Silva Pessoa.

O senhor D. José de Saldanha informou que o foro do Palácio dos Condes de Almada, onde a sessão estava sendo realizada, seria posto à venda por 810 réis anuais, com laudémio de quarentena. Considerando ser de grande conveniência que a Comissão Central adquirisse o referido foro, garantindo assim preferência na compra do palácio quando este fosse vendido, apresentou a seguinte proposta:

“Urgentíssimo: Proponho que a assembleia geral autorize o tesoureiro da Comissão, Sr. Comendador Fonseca, a concorrer no dia 5 de setembro à praça de arrematações no Ministério da Fazenda, a fim de arrematar, por conta da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, o foro respectivo ao Palácio dos Condes de Almada, onde se preparou a revolução de 1640.

Em 1 de setembro de 1877. *José de Saldanha Oliveira e Sousa.*”



Cadeira n.º 1 - Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo

Nascido em 28 de março de 1810, no Pátio do Gil, à Rua de S. Bento, em Lisboa, Alexandre Herculano veio ao mundo no seio de uma família modesta de origem popular. Filho de Maria do Carmo de São Boaventura e Teodoro Cândido de Araújo, cresceu sob a influência dos eventos tumultuosos da época, marcada pelas invasões francesas e pelo despontar das ideias liberais.

A sua educação começou no Colégio dos Padres Oratorianos de S. Filipe de Néry, onde absorveu uma formação clássica, mas receptiva às novas correntes científicas. No entanto, aos 15 anos, viu-se obrigado a interromper os seus estudos universitários devido à cegueira de seu pai, que o levou a assumir responsabilidades familiares.

Em 1831, aos 21 anos, participou de forma controversa na revolta do Regimento n.º 4 de Infantaria de Lisboa contra o governo ditatorial de D. Miguel I. Após o fracasso dessa revolta, refugiou-se em França antes de se juntar ao exército Liberal de D. Pedro IV nos Açores. Destacou-se como soldado em diversas ações militares de mérito.

Após o envolvimento militar, Herculano foi nomeado segundo bibliotecário da Biblioteca do Porto e mais tarde assumiu a direção da revista "O Panorama" em Lisboa. Em 1842, retomou seu papel de redator principal e publicou "Eurico, o Presbítero", obra que marcou o romance histórico em Portugal.

Entretanto, foi a monumental "História de Portugal", publicada em 1846, que o consagrou como uma das maiores figuras intelectuais de seu tempo. Esta obra, pioneira na introdução da historiografia científica em Portugal, enfrentou forte polémica, especialmente entre os sectores conservadores liderados pelo clero.

Herculano manteve-se fiel aos seus ideais políticos e à Carta Constitucional, recusando honrarias e preferindo um exílio progressivo. A busca pela verdade histórica e a coragem em enfrentar o clericalismo marcaram a sua trajetória.

Morreu na quinta de Vale de Lobos, Santarém, em 13 de setembro de 1877, deixando um legado que transcende a obra literária e histórica, tornando-se um exemplo de fidelidade aos valores que contrastavam com a vida pública portuguesa da sua época.



Cadeira n.º 2 - Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco

Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco nasceu a 23 de outubro de 1817, na freguesia de São Mamede, em Lisboa, filho de Maria Inácia Braamcamp de Almeida Castelo-Branco e de Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo-Branco. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e destacou-se como advogado e político durante a Monarquia Constitucional portuguesa.

Em 1851, foi eleito deputado às Cortes, iniciando uma carreira política marcada pela defesa de ideais liberais e pelo compromisso com o serviço público. Braamcamp liderou o Partido Histórico, que posteriormente se fundiu com o Partido Reformista para formar o Partido Progressista em 1876. Esta união fortaleceu a oposição ao governo conservador de Fontes Pereira de Melo.

Ao longo da trajetória política, ocupou cargos ministeriais de relevo: foi Ministro do Reino (Interior) entre 1862 e 1864 e Ministro da Fazenda (Finanças) de 1869 a 1870. Em 1879, assumiu a presidência do Conselho de Ministros, cargo equivalente a Primeiro-Ministro, liderando o governo até 1881. Durante o mandato, procurou implementar reformas administrativas e financeiras, embora enfrentasse forte oposição que limitou a duração do seu governo.

Anselmo Braamcamp faleceu a 13 de novembro de 1885, em Lisboa. Apesar dos desafios políticos, é lembrado como uma figura emblemática na história política portuguesa, cujo legado perdura como um dos grandes líderes progressistas do seu tempo.



CADEIRA N.º 3 – António Esteves de Carvalho, Barão de Santa Engrácia

António Esteves de Carvalho, figura proeminente da vida pública lisboeta oitocentista, destacou-se como presidente da Câmara Municipal de Lisboa e foi agraciado com o título de Barão de Santa Engrácia — distinção única, atribuída por Decreto de 5 de Novembro de 1862¹. Nascido a 25 de Maio de 1818, faleceu prematuramente a 4 de Agosto de 1864, deixando um legado significativo na governação local e no panorama cívico da capital.

Proprietário de relevo e negociante influente, Esteves de Carvalho fez-se notar não apenas pela sua prosperidade, mas sobretudo pelo compromisso com o serviço público. O reconhecimento do Estado e de diversas instituições materializou-se na atribuição de múltiplas condecorações: foi Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito², Comendador da Ordem de São Lázaro de Jerusalém (ramo italiano) e, em contexto local, condecorado com a Medalha da Câmara Municipal de Lisboa, distinção esta concedida em reconhecimento dos serviços prestados durante a grave epidemia de febre amarela de 1857³, que assolou duramente a capital e pôs à prova a organização sanitária da cidade.

Durante o mandato como presidente da edilidade lisboeta, desempenhou um papel fundamental na criação e presidência da Comissão Central do 1.º de Dezembro de

1640, órgão de natureza patriótica e cultural, fundado em 1861 com o objectivo de revitalizar o espírito nacionalista ligado à Restauração da Independência. Esta comissão teve início a 25 de Agosto de 1861 e foi por ele presidida até Outubro do mesmo ano⁴, período em que se lançou a primeira grande campanha de afirmação cívica do 1.º de Dezembro como data identitária para a nação portuguesa⁵.

Apesar do estatuto e influência, António Esteves de Carvalho viria a falecer sem descendência directa, facto que ditou o desaparecimento do título nobiliárquico que ostentava. A sua vida, embora relativamente breve, foi marcada por um sentido de dever e por uma visão de progresso urbano e social que o inscrevem na galeria das figuras mais relevantes da Lisboa oitocentista.

Notas

1. *Decreto publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 259, de 5 de Novembro de 1862. O título de Barão de Santa Engrácia não teve continuidade na linhagem nobiliárquica por ausência de herdeiros directos.*
 2. *A Ordem da Torre e Espada é uma das mais altas distinções honoríficas nacionais, reservada a actos de bravura, lealdade e mérito excepcional. A sua origem remonta ao reinado de D. João VI, sendo restaurada em 1808.*
 3. *A epidemia de febre amarela de 1857 foi uma das mais severas a atingir Lisboa no século XIX, provocando milhares de vítimas. As autoridades locais, incluindo a câmara, foram forçadas a mobilizar recursos e adoptar medidas sanitárias inovadoras para a época.*
 4. *A Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640 teve como objectivo afirmar o Dia da Restauração da Independência como símbolo de soberania nacional, num momento em que Portugal procurava reafirmar a sua identidade frente às potências europeias.*
 5. *A data de 1 de Dezembro, feriado nacional até 2012 e novamente restituído em 2016, assinala a restauração da independência de Portugal do domínio filipino, ocorrida em 1640. O envolvimento de figuras como Esteves de Carvalho nesta causa cívica demonstra o papel das elites na construção da memória histórica nacional.*
-



CADEIRA N.º 4 – Dr. António Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu: Médico, Académico e Legitimista

Introdução

A figura do Dr. Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu inscreve-se num dos períodos mais conturbados da história portuguesa do século XIX, marcado por profundas disputas ideológicas entre constitucionalistas e absolutistas. Médico, professor universitário e jornalista, foi também um militante convicto do legitimismo miguelista, tornando-se um dos rostos intelectuais mais activos da causa que defendia os direitos dinásticos de D. Miguel I e da sua descendência. A sua vida revela a intersecção entre ciência, política e religião num contexto de forte polarização social e cultural.

1. Origens e formação académica

Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu nasceu a 22 de fevereiro de 1809, na freguesia de Moreira do Rei, concelho de Fafe. Foi baptizado a 24 de fevereiro de 1812, sendo declarado como exposto na paróquia de S. Martinho de Moreira do Rei¹. Esta condição de origem humilde não impediu a ascensão de Gomes de Abreu no panorama académico nacional, tendo ingressado na Universidade de Coimbra em 1838, onde iniciou estudos nas áreas de Matemática e Filosofia. Em 1842, transferiu-se para a

Faculdade de Medicina, onde viria a obter o grau de Bacharel em 1848 e, mais tarde, o Doutoramento em Medicina, em 1852².

2. Carreira médica e académica

No decurso da sua carreira universitária, destacou-se pelo envolvimento em actividades científicas e pedagógicas. Participou, a 17 de outubro de 1844, na descoberta de uma nascente de água férrea em Creixomil³, indício do seu interesse pelas ciências naturais. Exerceu funções docentes na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde leccionou, como professor substituto, a cadeira de Clínica das Mulheres durante o ano lectivo de 1855–1856. Desempenhou ainda o cargo de fiscal da mesma faculdade.

Contudo, recusou-se a prestar o juramento de fidelidade à Carta Constitucional, exigido aos funcionários públicos, o que inviabilizou a sua nomeação definitiva para o corpo docente. Esta decisão, coerente com as suas convicções legitimistas, conduziu à sua exoneração, a pedido próprio, em 1860⁴.

3. Activismo académico, cívico e político

Gomes de Abreu foi sócio do Instituto de Coimbra e participou activamente na vida associativa estudantil e académica. Destacou-se na elaboração dos estatutos da Sociedade Philantropico-Académica de Coimbra, fundada em 1863 com o intuito de apoiar os estudantes economicamente desfavorecidos⁵. No mesmo ano, integrou o grupo de quarenta sócios fundadores da Comissão Central do 1.º de Dezembro, subscrevendo o primeiro manifesto patriótico de cariz anti-iberista em 25 de agosto de 1861⁶.

Politicamente ligado ao Partido Legitimista, Gomes de Abreu manteve uma relação de proximidade com o exilado D. Miguel I, tendo sido seu conselheiro e, posteriormente, preceptor do seu filho primogénito, D. Miguel II. Em 1862, foi fotografado em Londres ao lado do monarca deposto, e, no ano seguinte, emigrou para a Alemanha, mais concretamente para Bronnbach, na Baviera, por solicitação de D. Miguel, com o objectivo de cuidar da educação dos seus filhos⁷.

4. Actividade jornalística e produção intelectual

A actividade de Gomes de Abreu estendeu-se ao campo do jornalismo e da escrita, sectores nos quais imprimiu uma visão marcadamente conservadora, católica e legitimista. Foi redactor principal do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e fundou o periódico religioso *A Missão Portuguesa* em 1854. Colaborou ainda com os jornais *A Nação* (desde 1848), *O Catholico* (1851–1853) e dirigiu a publicação *Fé Catholica* entre 1861 e 1867⁸.

No domínio da produção escrita, destacam-se obras como *A Organização dos Estudos Médicos em Portugal* (Lisboa, 1852), onde propôs reformas estruturais no ensino médico nacional, e o manuscrito inédito *Refutação da Voz da Razão*, de teor ideológico e apologético.

Conclusão

A trajectória de Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu espelha a complexidade do Portugal oitocentista, onde a ciência médica convivia com os ideais monárquicos e a fé católica

se entrelaçava com o pensamento político. Figura multifacetada, o seu contributo estende-se à medicina, ao ensino, ao pensamento político e à imprensa, tendo deixado uma marca significativa na defesa da causa legitimista e na promoção de uma visão alternativa da identidade portuguesa no século XIX. Faleceu a 15 de junho de 1867, em Bronnbach, na Baviera, longe da pátria pela qual tanto lutou.

Notas

1. **Batismo registado nos arquivos paroquiais de S. Martinho de Moreira do Rei, com data de 24 de fevereiro de 1812. A condição de exposto era comum em Portugal no século XIX, implicando o abandono da criança, geralmente por razões de pobreza ou ilegitimidade.**
 2. **Registos académicos da Universidade de Coimbra comprovam as sucessivas matrículas de Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu nas Faculdades de Matemática, Filosofia e Medicina, culminando na obtenção do doutoramento em 1852.**
 3. **A nascente de água férrea descoberta em Creixomil teve relevância local, dada a crença nas propriedades terapêuticas destas águas minerais.**
 4. **O juramento à Carta Constitucional foi instituído como medida de fidelização ao regime liberal após a vitória das forças cartistas. A recusa de Gomes de Abreu deve ser interpretada no contexto das tensões entre liberais e absolutistas.**
 5. **A Sociedade Philantropico-Académica de Coimbra foi precursora de diversas associações estudantis de cariz social e cultural. O envolvimento de Gomes de Abreu denota o seu empenho nas causas académicas.**
 6. **A Comissão Central do 1.º de Dezembro visava reafirmar a soberania nacional portuguesa face à ameaça do iberismo e ao esquecimento da data da Restauração da Independência, ocorrida em 1640.**
 7. **O exílio de D. Miguel I na Alemanha e a reorganização da sua família em Bronnbach fazem parte do esforço dos legitimistas em manter viva a dinastia miguelista, mesmo após o fim do conflito civil.**
 8. **A intensa actividade jornalística de Gomes de Abreu reflecte o papel da imprensa na difusão das ideias políticas e religiosas no século XIX. As publicações referidas tinham grande impacto entre os círculos conservadores e monárquicos.**
-

(Sem imagem)

CADEIRA N.º 5 – António José Marques Leal: Um Patriota Silencioso do Século XIX

Introdução

A construção da identidade nacional portuguesa no século XIX não se fez apenas com os grandes nomes da política, da ciência ou das letras, mas também com figuras cuja influência, embora mais discreta, foi essencial para a afirmação de valores cívicos e patrióticos. António José Marques Leal é um desses casos. Embora a documentação sobre a sua vida seja escassa, o seu nome surge associado aos movimentos de defesa da soberania portuguesa, particularmente no contexto das comemorações do 1.º de Dezembro de 1640, data emblemática da restauração da independência nacional.

1. Elementos biográficos essenciais

António José Marques Leal nasceu em 1811, num período marcado pelas convulsões políticas que levariam ao fim do Antigo Regime e à implementação do liberalismo em Portugal. Faleceu a 14 de agosto de 1880, na freguesia de Santa Maria, em Lisboa¹. A sua longevidade permitiu-lhe acompanhar de perto transformações profundas no panorama político, social e ideológico do país, desde as guerras civis entre absolutistas e liberais até à consolidação do Estado liberal oitocentista.

As fontes conhecidas sobre a sua biografia são reduzidas e, em muitos casos, fragmentárias. No entanto, o seu nome figura entre os membros fundadores e apoiantes das iniciativas patrióticas que marcaram a segunda metade do século XIX, em particular as que procuraram reavivar o simbolismo do 1.º de Dezembro como momento fundacional da moderna identidade portuguesa².

2. Envolvimento patriótico e cívico

A acção de António José Marques Leal deve ser compreendida no contexto do movimento cívico que, a partir de meados do século XIX, procurou revalorizar a memória da Restauração da Independência de 1640, num momento em que se receava a diluição da identidade nacional face a propostas unionistas ou iberistas. Estes receios eram alimentados por sectores da sociedade que viam na crescente aproximação cultural e política à vizinha Espanha uma ameaça à soberania portuguesa³.

É neste quadro que se insere a fundação da Comissão Central do 1.º de Dezembro, criada em 1861, com o objetivo de promover a celebração anual da data da Restauração. Embora não se conheçam detalhes da participação individual de Marques Leal nesta comissão, o seu nome surge frequentemente associado ao núcleo de apoiantes e membros fundadores desta iniciativa⁴. Esta ligação é reveladora do seu posicionamento cívico e patriótico, refletindo um comprometimento com a preservação da memória histórica como elemento agregador da nação.

A natureza discreta da sua atuação, e a escassez de produção escrita ou intervenções públicas, não devem ser interpretadas como sinal de irrelevância. Pelo contrário, a sua presença num movimento com forte componente identitária e patriótica indica o reconhecimento do seu papel como cidadão ativo na defesa da integridade nacional.

Conclusão

António José Marques Leal representa o perfil do patriota silencioso, cujo contributo, embora pouco documentado, foi essencial para a manutenção de um espírito cívico e identitário no Portugal do século XIX. A sua participação nos movimentos em torno do 1.º de Dezembro coloca-o entre os cidadãos empenhados em reforçar a coesão nacional num período de instabilidade e redefinição ideológica. A sua memória, preservada nas listas dos fundadores e apoiantes da Comissão Central do 1.º de Dezembro, é um testemunho da importância das figuras anónimas na construção da história colectiva.

Notas

1. Dados biográficos recolhidos a partir dos registos paroquiais da freguesia de Santa Maria, em Lisboa, indicam a data de falecimento a 14 de agosto de 1880. A ausência de documentação complementar impede, para já, a identificação precisa do local de nascimento ou do percurso profissional do biografado.
2. O nome de António José Marques Leal surge referenciado em documentos ligados à Comissão Central do 1.º de Dezembro, preservados em arquivos históricos sobre o associativismo patriótico oitocentista. Cf. Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Diversos – Patrióticos, cx. 15.
3. O iberismo, defendido por alguns sectores intelectuais e políticos durante o século XIX, promovia uma maior integração política entre Portugal e Espanha. As reações contrárias deram origem a movimentos de afirmação nacional, como os que envolviam a celebração do 1.º de Dezembro. Cf. PINTO, António Costa – *Ideologia e Política no Portugal Oitocentista*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
4. A Comissão Central do 1.º de Dezembro foi responsável pela instituição das celebrações anuais da data da Restauração da Independência, assumindo um papel relevante na pedagogia do nacionalismo português. A sua fundação em 1861 contou com o apoio de figuras como Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu e

outros intelectuais e notáveis lisboetas da época. Cf. CARVALHO, Rómulo de – *História do 1.º de Dezembro como Festa Nacional*. Lisboa: Sá da Costa, 1974.



CADEIRA N.º 6 – António José Pereira Serzedelo Júnior: Um Patriota no Cruzamento entre Economia, Cultura e Nacionalismo

Introdução

A segunda metade do século XIX português foi marcada por profundas transformações económicas, políticas e sociais. Neste período, emergiram personalidades que, movidas por um forte sentido de dever cívico e nacional, contribuíram para a consolidação do Estado liberal, a dinamização da vida económica e a reafirmação da identidade nacional. António José Pereira Serzedelo Júnior (1826–1883) insere-se nesse quadro como uma figura multifacetada, cuja acção empresarial, política e associativa revela o perfil do cidadão comprometido com o progresso material e moral da pátria.

1. Trajetória pessoal e familiar

António José Pereira Serzedelo Júnior nasceu a 25 de janeiro de 1826, na freguesia de São Paulo, em Lisboa¹. Filho de António José Pereira Serzedelo, herdou não só o nome, mas também o percurso de envolvimento nos negócios e na vida pública. Casou com a sua

prima, Thereza Maria Barboza Serzedelo, união que consolidava laços familiares e empresariais, prática comum entre elites da época.

Faleceu a 23 de abril de 1883, na freguesia dos Mártires, também em Lisboa, sendo sepultado no jazigo n.º 2548 do Cemitério dos Prazeres². A morte ocorreu apenas quatro anos após a do pai, marcando simbolicamente o fim de uma geração que moldou a Lisboa liberal oitocentista.

2. Atividade económica e empresarial

A formação e atividade de Serzedelo Júnior situam-se num momento de modernização do tecido económico português. Como sócio e acionista de empresas como **Serzedelo & Cia** e da **Fábrica de Fiação e Tecidos Lisbonense**, teve um papel relevante no sector industrial têxtil, então em expansão na capital³.

Entre 1873 e 1878, exerceu o cargo de Diretor no **Banco de Portugal**, instituição fulcral na reorganização financeira do país após o conturbado período da bancarrota parcial de 1852⁴. Participou ainda em comissões técnicas, como a de revisão da regulação bancária, em 1866, sinal do prestígio técnico que detinha⁵.

3. Compromisso cívico e patriótico

O percurso de Serzedelo Júnior destaca-se pelo seu forte envolvimento em causas associativas e patrióticas. Desde jovem membro da **Academia Apollinea Lisbonense**, revelou interesse por questões culturais e filosóficas. Em 1861, foi um dos fundadores da **Associação do 1.º de Dezembro de 1640**, e em 1868, integrou o grupo fundador da **Comissão Central do 1.º de Dezembro**, estrutura que procurava institucionalizar a comemoração anual da Restauração da Independência, como resposta às ameaças iberistas que então ressurgiam⁶.

Para além do seu papel como ideólogo e organizador, a sua dedicação traduziu-se em ações concretas, como o apoio à decisão de erguer a **Estátua dos Restauradores**, monumento que viria a ser inaugurado em 1886, três anos após o seu falecimento⁷.

4. Contributo institucional e científico

A sua intervenção na vida pública estendeu-se à esfera autárquica, tendo exercido funções como **Vereador da Câmara Municipal de Lisboa**, onde foi co-relator dos orçamentos municipais de 1877 e 1878⁸. Paralelamente, participou na **Direção da Associação Comercial de Lisboa** e na **Sociedade dos Operários**, revelando sensibilidade às questões sociais emergentes com a industrialização.

Foi igualmente **comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa** (1867), membro da **Real Academia das Ciências de Lisboa** e co-fundador da **Sociedade de Geografia de Lisboa** em 1874⁹. Estas distinções e cargos ilustram o reconhecimento do seu mérito cívico, intelectual e patriótico.

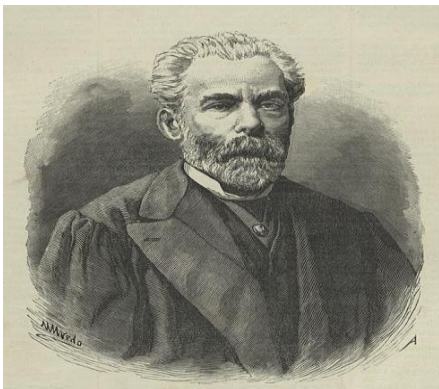
Conclusão

António José Pereira Serzedelo Júnior simboliza o espírito de um tempo em que as elites portuguesas procuravam conciliar o progresso económico com a afirmação cultural e nacional. Empresário de sucesso, gestor competente, político responsável e patriota ativo, deixou um legado duradouro nas instituições e na memória coletiva da nação. A sua vida,

vivida intensamente entre os domínios da economia, da cultura e do nacionalismo, constitui um testemunho do papel que cidadãos comprometidos podem desempenhar na construção da identidade e do progresso de um país.

Notas

1. Arquivo Paroquial de Lisboa – São Paulo, Livro de Registos de Baptismos (1826).
 2. Registo de Óbitos da Freguesia dos Mártires (1883); Cemitério dos Prazeres, Livro de Registo de Sepulturas, jazigo n.º 2548.
 3. Ver: MARQUES, A.H. de Oliveira – *História da Indústria em Portugal*, vol. II, Lisboa: Presença, 1986, p. 274.
 4. OLIVEIRA, César – *Portugal e a Crise de 1891*, Coimbra: Almedina, 1982, p. 32-34.
 5. Ata da Comissão para a Revisão da Regulação Bancária, 1866, Arquivo do Banco de Portugal.
 6. CARVALHO, Rómulo de – *História do 1.º de Dezembro como Festa Nacional*, Lisboa: Sá da Costa, 1974.
 7. SILVA, António Valdemar da – *Lisboa, Memória Monumental*, Lisboa: Edições Inapa, 1990, p. 91.
 8. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Atas da Vereação, 1877-1878.
 9. Sociedade de Geografia de Lisboa, *Actas da Sessão Inaugural*, 1874.
-



CADEIRA N.º 7 – António da Silva Túlio: O Bibliotecário-Historiador da Memória Nacional

Introdução

O século XIX português assistiu à afirmação de várias figuras que, nos bastidores da cultura institucional, desempenharam papéis determinantes na preservação e difusão do património histórico nacional. António da Silva Túlio (1818–1884), natural de Carnide,

Lisboa, inscreve-se nesse grupo seleto de intelectuais cuja obra, embora por vezes discreta, foi essencial para a construção da memória histórica e literária do país. Enquanto bibliotecário, escritor e historiador, Silva Túlio destacou-se pela sua dedicação ao serviço público e à valorização do saber histórico, especialmente através da sua atividade na Biblioteca Nacional de Lisboa e da colaboração em publicações culturais luso-brasileiras.

1. Trajecto pessoal e institucional

António da Silva Túlio nasceu a 15 de agosto de 1818, na então freguesia rural de Carnide, e faleceu em Lisboa a 4 de janeiro de 1884, tendo sido sepultado no jazigo n.º 1023 do Cemitério dos Prazeres¹. A sua carreira esteve estreitamente ligada à **Biblioteca Nacional de Lisboa**, instituição à qual dedicou décadas de serviço.

Iniciando funções como **oficial**, progrediu progressivamente na hierarquia administrativa da instituição, assumindo os cargos de **conservador** e, mais tarde, de **bibliotecário**. Em período de ausência do bibliotecário-mor, José da Silva Mendes Leal, António da Silva Túlio assumiu **interinamente a direção da Biblioteca Nacional**, o que atesta o reconhecimento da sua competência e dedicação². O seu trabalho consistia não apenas na administração da biblioteca, mas também na **organização, conservação e estudo do acervo**, com especial atenção à documentação de interesse histórico e literário.

2. Colaboração literária e produção intelectual

Paralelamente à sua atividade como bibliotecário, António da Silva Túlio participou ativamente na cena intelectual do seu tempo. Entre os anos de **1856 e 1859**, foi colaborador regular da revista ***A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal***, uma publicação de circulação transatlântica que procurava fortalecer os laços culturais entre Portugal e o Brasil³. As suas contribuições refletiram um espírito atento ao estudo do passado e empenhado na **valorização da herança luso-brasileira**, integrando-se assim num movimento mais vasto de revalorização da história e da identidade nacional.

Como **historiador e escritor**, embora parte da sua produção se tenha perdido ou permanecido dispersa, é reconhecido como alguém que aliou o conhecimento erudito à missão pedagógica e cívica, num tempo em que o acesso à informação e à memória histórica era ainda um privilégio restrito às elites letradas⁴.

3. O legado de um homem de cultura

Silva Túlio pertence à geração de funcionários públicos que, através do seu trabalho técnico e intelectual, **contribuiu para a institucionalização da cultura histórica em Portugal**. A sua atividade, embora pouco visível nas grandes narrativas políticas do seu tempo, foi determinante para a preservação da memória nacional, especialmente através do cuidado com os fundos bibliográficos da Biblioteca Nacional.

O facto de ter assumido interinamente a direção da principal instituição bibliográfica do país demonstra a **confiança institucional que nele foi depositada**, e o respeito que granjeou entre os seus pares. A sua colaboração com publicações periódicas, em

particular com uma revista de perfil luso-brasileiro, inscreve-o igualmente na **rede de intelectuais atlânticos** do século XIX, comprometidos com a circulação de ideias e o reforço das afinidades culturais no espaço da lusofonia.

Conclusão

António da Silva Túlio personifica o perfil do intelectual de gabinete do século XIX português: discreto, diligente, erudito e profundamente comprometido com a missão de **preservar e difundir o património cultural**. O seu legado subsiste não tanto em grandes obras de autor, mas na dedicação quotidiana à causa pública e na participação ativa nas redes de produção e mediação cultural. Ao ocupar a cadeira n.º 7, evoca-se uma figura cuja memória deve ser resgatada como exemplo de serviço à cultura e à identidade nacional.

Notas

1. Arquivo Paroquial de Carnide; Registo de Óbito, Freguesia das Mercês (Lisboa), 1884; Cemitério dos Prazeres, Livro de Registo de Sepulturas, jazigo n.º 1023.
 2. Biblioteca Nacional de Portugal, *Relatórios de Administração*, década de 1860; correspondência interna sobre substituição temporária de direção.
 3. *A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal*, Lisboa, 1856–1859, vol. I–III.
 4. SILVA, Inocência F. da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, vol. VII, 1862, p. 112.
-



CADEIRA N.º 8 – Aires de Sá Nogueira de Abreu e Vasconcelos: O "Pai da Lavoura" e a Modernização Agrícola em Portugal

Introdução

Figura discreta, mas influente no panorama político e económico do século XIX português, **Aires de Sá Nogueira de Abreu e Vasconcelos** (1835–1901), 2.º Visconde de Sá da Bandeira, destacou-se sobretudo pelo seu papel na modernização da agricultura nacional. Membro de uma família aristocrática com raízes no Ribatejo e no Alto Alentejo, Aires de Sá conjugou os ideais liberais com a prática reformista, tornando-se um dos principais dinamizadores do ensino e desenvolvimento agrícola em Portugal. A sua intervenção nos domínios da agricultura e das políticas públicas conferiu-lhe o epíteto de "**Pai da Lavoura**", numa época de transformação económica e social profunda.

1. Origem aristocrática e alianças familiares

Nascido em 1835, **Aires de Sá Nogueira** era membro de uma família da nobreza rural, com vastos domínios no Ribatejo. Casou com uma herdeira de múltiplos morgados no Alto Alentejo, consolidando, assim, uma aliança entre dois importantes polos agrícolas do país⁽¹⁾. O seu percurso pessoal e familiar foi indissociável da evolução da agricultura portuguesa no século XIX, num contexto de crescente necessidade de modernização das práticas produtivas.

Apesar de viver à sombra mediática do seu irmão, **Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo**, 1.º Marquês de Sá da Bandeira e figura proeminente da política liberal, Aires de Sá Nogueira distinguiu-se num domínio menos visível, mas de inegável importância: a reforma e estruturação do setor agrícola⁽²⁾.

2. Intervenção pública e ativismo económico

A sua ação destacou-se sobretudo no campo das associações profissionais e das políticas setoriais. Foi o grande impulsionador da **Associação Central da Agricultura Portuguesa**, iniciativa que visava reunir os interesses dos grandes proprietários e produtores num esforço de articulação nacional. Organizou também a **Liga de Interesses Materiais**, entidade que representava a classe proprietária face às políticas centralizadoras dos governos cabralistas, sendo Aires de Sá um firme opositor de António Bernardo da Costa Cabral⁽³⁾.

Após o **golpe regenerador de 1851**, foi nomeado **vogal da secção agrícola do Conselho Geral de Comércio, Agricultura e Indústria**, colaborando estreitamente com **José Maria Grande**, figura que viria a liderar o **Instituto Agrícola de Lisboa**⁽⁴⁾. Neste contexto, Aires de Sá desempenhou um papel fulcral na definição de orientações estratégicas para a agricultura portuguesa, procurando integrar saber técnico e reforma institucional.

3. A fundação do ensino agrícola e a promoção do setor

Um dos momentos altos da sua intervenção cívica deu-se com a apresentação do requerimento para a **criação do Ensino Agrícola em Portugal**, no seio da **Câmara dos Deputados**. O decreto correspondente viria a ser publicado a **16 de dezembro de 1852**, marcando o início de uma política educativa vocacionada para o setor primário⁽⁵⁾. Ainda nesse ano, Aires de Sá organizou a **primeira Exposição Agrícola de Lisboa**, com o objetivo de divulgar inovações técnicas e promover a produtividade.

Estas iniciativas colocaram-no na vanguarda do movimento de renovação da agricultura portuguesa, num tempo em que o país procurava responder às exigências de uma economia em transição. A sua ação antecipou, em muitos aspetos, as reformas agrárias e educativas do final do século XIX.

4. Legado familiar e simbólico

O legado de Aires de Sá não se esgotou na sua ação política e económica. Foi também o **representante do ramo Sá Nogueira** dentro da família alargada dos Sá da Bandeira, cuja genealogia complexa integra treze irmãos. Os descendentes diretos de Aires, nomeadamente através do seu sétimo filho, **Miguel Vieira de Abreu de Sá Nogueira e Vasconcelos**, foram os responsáveis por perpetuar o apelido **Sá da Bandeira**, já consagrado na história portuguesa pela figura do Marquês⁽⁶⁾.

Conclusão

Aires de Sá Nogueira de Abreu e Vasconcelos simboliza o perfil do aristocrata reformista do século XIX: profundamente enraizado no mundo rural, mas consciente da necessidade de modernização económica e técnica. O seu contributo para o ensino agrícola, a organização do setor e a defesa dos interesses agrários coloca-o entre os principais protagonistas da renovação da agricultura portuguesa oitocentista. A sua ação discreta, mas firme, ilustra como o progresso se pode construir não apenas nos parlamentos, mas também nas **instituições intermédias**, nas associações e nos campos onde se produz a riqueza de um país.

Notas

1. **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, Genealogia das Famílias da Nobreza do Ribatejo e Alto Alentejo, cx. 112, doc. 8.
2. FONSECA, Luís Adão da – *Os Sá da Bandeira: uma linhagem liberal*, Lisboa: INCM, 1998, pp. 72–78.
3. LOPES, Maria Antónia – *O movimento agrícola em Portugal (1850–1880)*, Coimbra: Minerva, 2001, pp. 53–56.
4. Actas do Conselho Geral de Comércio, Agricultura e Indústria (1851–1853), Arquivo Histórico Parlamentar.
5. *Decreto de Criação do Ensino Agrícola*, publicado no *Diário do Governo*, n.º 298, 16 de dezembro de 1852.
6. MARTINS, Ana Paula – “Os descendentes do Visconde de Sá da Bandeira”, in *Revista de História da Família e da Aristocracia*, vol. VII, 2012, pp. 101–115.



CADEIRA N.º 9 – D. Lourenço José Maria Boaventura de Almada Cirne Peixoto: Nobreza, Tradição e Resistência no Século XIX Português

Introdução

Figura de relevo entre a aristocracia portuguesa do século XIX, **D. Lourenço José Maria Boaventura de Almada Cirne Peixoto**, 15.º Conde de Avranches (ou Abranches) e Conde de Almada, destacou-se pelo seu intransigente compromisso com o tradicionalismo monárquico e os princípios da legitimidade dinástica. Nascido em pleno período de transição entre o absolutismo e o liberalismo, a sua trajetória reflete as tensões políticas e ideológicas que marcaram a sociedade portuguesa da época, nomeadamente a oposição entre os defensores do Antigo Regime e os adeptos do constitucionalismo liberal.

1. Origens nobres e papel na Casa Real

D. Lourenço nasceu em **Lisboa, a 5 de dezembro de 1818**, tendo sido batizado três dias depois no **oratório do Palácio Almada**, na freguesia de Santa Justa⁽¹⁾. Desde tenra idade, foi integrado nas estruturas da corte real. Com apenas cinco anos, substituiu o pai, impossibilitado, durante uma receção oficial aos Infantes de Espanha, no **Palácio de Queluz**, ilustrando o prestígio hereditário da sua linhagem⁽²⁾.

Era considerado o **15.º Conde de Avranches em França** (traduzido para **Abranches** em Portugal), e foi o **7.º e último mestre-sala da Casa Real** da sua família, cargo que pertencia à sua linha varonil por sucessão direta⁽³⁾. No plano territorial e senhorial, foi **capitão-mor de Vila Nova de Lanheses, alcaide-mor e comendador de Proença-a-Velha e comendador da Ordem de Cristo**, acumulando funções civis e religiosas que espelhavam o poder dos grandes proprietários nobiliárquicos no território português.

2. Tradição, miguelismo e resistência

Com o advento do liberalismo e a conseqüente vitória constitucional na **Convenção de Évora Monte (1834)**, D. Lourenço permaneceu fiel à causa miguelista. Em **1849**, foi indigitado **presidente do recém-criado Partido Realista**, fundado para preservar os valores do tradicionalismo deposto. O cargo de **secretário** foi entregue a **António Pereira da Silva Bezerra Fagundes**, e, paralelamente, foi fundada uma **sociedade secreta**

complementar – a **Ordem de São Miguel da Ala**, da qual o conde fez parte desde os primórdios⁽⁴⁾.

Apesar de ter direito a assento na **Câmara dos Pares do Reino**, enquanto sucessor de seu pai, **recusou-se a tomar posse** por objeção ao regime liberal, sobretudo após o **decreto de 23 de maio de 1851**, que consolidava a autoridade do Governo em detrimento da velha nobreza⁽⁵⁾. Chegou mesmo a ser **preso no Castelo de Viana do Lima**, indiciando envolvimento com o **Corpo de Voluntários Realistas**, que se manteve ativo em guerrilhas mesmo após o fim formal da guerra civil⁽⁶⁾.

Em reconhecimento pela sua lealdade, D. Miguel, no exílio em **Bronnbach**, concedeu-lhe a **Comenda da Ordem da Torre e Espada**, honraria atribuída por serviços considerados extraordinários à coroa miguelista⁽⁷⁾.

3. Património, filantropia e ação cívica

Para além das suas convicções políticas, D. Lourenço foi também uma figura relevante na defesa do património nacional. Era senhor de vastas propriedades, incluindo os **Lagares d’El-Rei**, o **Paço de Lanheses** (onde detinha parte do padroado da Igreja de Santa Leocádia) e o **Palácio da Independência**, em Lisboa, na Praça do Rossio⁽⁸⁾.

Este último foi cedido por si para sede da **Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640**, movimento de índole patriótica e anti-iberista, de que foi **membro fundador em 1861**. Esta associação visava lembrar e exaltar a restauração da independência nacional face a Castela, representando uma continuidade simbólica da resistência de D. Lourenço ao centralismo e ao cosmopolitismo liberal⁽⁹⁾.

Conclusão

A figura de D. Lourenço José Maria Boaventura de Almada Cirne Peixoto é um testemunho vívido da persistência de uma nobreza ativa, política e ideologicamente comprometida com os valores do Antigo Regime e com a legitimidade miguelista. Apesar da derrota militar da sua causa, nunca abdicou das suas convicções, mantendo uma coerência pessoal e política rara, que se estendeu às esferas da religião, da política e da filantropia. O seu percurso revela como a aristocracia tradicional procurou, mesmo no novo contexto liberal, preservar espaços de influência e resistência simbólica, através da cultura, da memória e da associação cívica.

Notas

1. Arquivo Paroquial de Santa Justa (Lisboa), Livro de Batismos de 1818, fl. 72v.
2. OLIVEIRA, António de – *A Corte de Queluz e os últimos Bragança*, Lisboa: ACD, 1981, p. 145.
3. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Nobreza Portuguesa: História das Famílias*, Lisboa: Presença, 2002, vol. II, pp. 198–200.

4. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, verbete “Partido Realista”.
 5. *Diário do Governo*, Decreto-Lei de 23 de maio de 1851.
 6. CASTRO, A. P. – *Resistência Miguelista no Minho (1834–1840)*, Braga: Fundação Bracara Augusta, 1993, pp. 104–110.
 7. CARVALHO, Mário de – *A Ordem da Torre e Espada (1832–1910)*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2014, pp. 89–90.
 8. Arquivo Histórico da Comissão Central 1.º de Dezembro (Lisboa), Livro de Atas, 1861.
 9. GOMES, Luís Miguel Duarte – *O Iberismo e a Identidade Nacional Portuguesa (séculos XIX–XX)*, Porto: Campo das Letras, 2005, pp. 63–67.
-



CADEIRA N.º 10 – D. José Luís Gonzaga de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 15.º Conde de Redondo: Nobreza, Tradição e Recato no Ocaso do Absolutismo

Introdução

A figura de **D. José Luís Gonzaga de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses**, 15.º Conde de Redondo, representa uma das manifestações mais distintas da nobreza tradicionalista portuguesa durante a transição entre o absolutismo e o liberalismo. Herdeiro de linhagens seculares e portador de um nome de prestígio, D. José Luís manteve-se fiel aos princípios do Antigo Regime, tendo alinhado com a causa miguelista durante a guerra civil portuguesa. A sua biografia reflete não apenas o percurso de um aristocrata convicto, mas também o retraimento forçado e silencioso de uma geração nobre que não encontrou espaço político no novo paradigma constitucional.

1. Linhagem e juventude militar

Nascido a **14 de outubro de 1797**, D. José Luís era filho de **D. Fernando Maria de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Meneses**, 2.º Marquês de Borba e 14.º Conde de Redondo, e de sua esposa, **D. Eugénia Manuel de Noronha**⁽¹⁾. Pelo lado paterno, integrava uma das mais antigas casas nobiliárquicas do Reino, detentora de inúmeros senhorios e cargos de prestígio. Casou-se, em **30 de maio de 1819**, com **D. Maria Luísa da Costa**, de quem teve dois filhos⁽²⁾.

A sua formação, como era de esperar, decorreu no seio da corte e da elite castrense. Seguiu a **carreira militar**, tendo ingressado como **cadete** e sido promovido a **alferes em 1823** e posteriormente a **tenente em 1827**⁽³⁾. A sua fidelidade ao trono e ao modelo absolutista levou-o a alinhar com **D. Miguel I** durante a **Guerra Civil Portuguesa (1832–1834)**, tendo atuado como **ajudante de ordens do monarca** durante o conflito⁽⁴⁾.

2. Exílio interno e recusa do liberalismo

Com a vitória liberal e a assinatura da **Convenção de Évora Monte**, em 1834, D. José Luís recusou qualquer envolvimento com o novo regime, optando pelo **recolhimento voluntário** na sua **quinta do Bonjardim**, onde passou a viver discretamente, afastado da vida política⁽⁵⁾. Esta escolha não derivou apenas de prudência ou desalento, mas da sua firme oposição ideológica à Carta Constitucional e ao novo sistema de governação.

Esta oposição foi também simbólica: **nunca se encartou como Marquês de Borba**, título que lhe pertenceria por herança direta, pois **recusava-se a recebê-lo de um monarca constitucional**⁽⁶⁾. Este gesto expressivo e deliberado revelou a profundidade das suas convicções políticas e morais, e marcou uma distinção rara entre a nobreza que se adaptou às novas circunstâncias e aquela que, como D. José Luís, preferiu o silêncio honroso ao compromisso.

3. Mecenato e vida cultural

Retirado da cena política, D. José Luís cultivou uma existência serena e dedicada à **música e ao canto**, áreas pelas quais nutria profundo apreço. Foi reconhecido como **mecenas de músicos e pintores notáveis da sua época**, apoiando o florescimento artístico em Portugal numa altura de renovação cultural pós-guerra⁽⁷⁾.

O seu mecenato artístico pode ser compreendido como uma continuação do ideal aristocrático de serviço público, reinterpretado no contexto da sua retirada da esfera política. Assumiu também funções como **vedor da Casa Real** e manteve o título de **13.º senhor de Gouveia Sobre o Tâmega**, reafirmando a continuidade de uma autoridade senhorial cada vez mais simbólica num país em transformação.

Conclusão

A vida de **D. José Luís, Conde do Redondo**, oferece uma perspectiva particularmente eloquente sobre os dilemas enfrentados pela nobreza tradicional portuguesa na primeira metade do século XIX. O seu percurso, marcado por fidelidade a D. Miguel, rejeição activa do constitucionalismo e promoção das artes, revela um homem cuja actuação pública e privada se guiou por princípios estáveis e irreduzíveis. Ao recusar o título de Marquês de Borba, D. José Luís deixou um gesto silencioso, mas profundamente eloquente, de oposição a uma ordem política que, para ele, simbolizava a rutura com a legitimidade e a continuidade histórica do reino.

Notas

1. GOMES, Saul António – *Nobreza e Linhagens em Portugal: Da Idade Média ao Liberalismo*, Lisboa: Colibri, 2006, p. 142.
 2. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Casa de Borba, Livro de Assentos Familiares, cx. 17.
 3. MARTINS, João – *Oficiais do Exército Português na Guerra Civil (1828–1834)*, Porto: Afrontamento, 1998, p. 223.
 4. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, verbete “Guerra Civil Portuguesa”.
 5. TEIXEIRA, Manuel J. – *A Nobreza e o Liberalismo: A Reação no Campo Político*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1955, pp. 78–80.
 6. FERREIRA, João Pedro – *Títulos e Dignidades na Monarquia Constitucional*, Lisboa: Tribuna, 2010, p. 203.
 7. BASTOS, Jorge M. – *O Mecenato Musical na Nobreza Portuguesa (1800–1860)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2013, pp. 91–94.
-

Data de nascimento e imagem desconhecidas

CADEIRA N.º 11 – Custódio Firmo Rodrigues: Funcionário Patriota na Sombra da História Nacional

Introdução

A biografia de **Custódio Firmo Rodrigues**, membro da **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, ilustra a ação discreta, mas significativa, de certos funcionários públicos na preservação da memória histórica e dos valores patrióticos durante o século XIX. Apesar da escassez de dados biográficos precisos, como a data de nascimento e de falecimento, a documentação existente permite vislumbrar a relevância institucional e simbólica do seu papel no seio do aparelho do Estado, bem como o seu envolvimento ativo na **celebração do movimento restauracionista português**. Esta figura modesta representa um exemplo notável da confluência entre dever cívico, serviço público e fidelidade à identidade nacional.

1. Função pública e papel institucional

Custódio Firmo Rodrigues exerceu funções na **Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra**, estrutura ministerial responsável pela gestão administrativa e logística das forças

armadas, num período em que a reorganização burocrática acompanhava o esforço de modernização do aparelho de Estado pós-liberalismo⁽¹⁾. Surge mencionado nos registos do Arquivo Histórico Militar como um dos requerentes que, com outros colegas da **extinta Repartição de Saúde do Exército**, solicitou esclarecimentos quanto à sua situação funcional na sequência da reorganização administrativa decretada a **18 de novembro de 1869**⁽²⁾.

A documentação, sob a forma de **parecer jurídico emitido por Diogo António Correia de Sequeira Pinto**, então Ajudante do Procurador-Geral da Coroa e Fazenda, revela um contexto de transformação das estruturas ministeriais, onde os vínculos laborais dos funcionários civis se tornavam matéria de revisão e disputa legal⁽³⁾. Tal circunstância sugere que Custódio Firmo Rodrigues integrava um grupo de servidores públicos atingido pelas reformas do funcionalismo estatal, num período de racionalização administrativa típica da monarquia constitucional.

2. Patriotismo e a Comissão Central 1.º de Dezembro

A notoriedade de Custódio Firmo Rodrigues não se deve apenas à sua carreira administrativa, mas sobretudo à sua participação na **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, fundada em 1861 com o objetivo de reavivar e institucionalizar a celebração da restauração da independência de Portugal face ao domínio filipino. A comissão foi presidida pelo **coronel José Joaquim C. Abreu Viana** e teve em Custódio Firmo Rodrigues o seu **secretário**, cargo de grande responsabilidade na coordenação das atividades comemorativas, nomeadamente na **inauguração do Monumento aos Restauradores, no Rossio, em Lisboa**⁽⁴⁾.

O envolvimento nesta comissão denota não apenas uma afinidade com os valores restauracionistas e nacionalistas em ascensão na segunda metade do século XIX, mas também uma clara filiação cívica e cultural ao movimento de afirmação da soberania nacional, num período em que o **iberismo** ainda se insinuava no discurso político. Ao exercer funções de secretaria, Custódio Firmo Rodrigues assumiu um papel de bastidor essencial na logística e articulação da celebração pública, que viria a culminar com a **inauguração solene do monumento aos heróis de 1640 em 1886**⁽⁵⁾.

Conclusão

A figura de **Custódio Firmo Rodrigues**, embora relativamente obscura na historiografia nacional, deve ser compreendida como representativa de uma **elite técnico-administrativa discreta**, mas indispensável, que serviu o Estado e a Pátria nas suas diversas dimensões — burocrática, cívica e simbólica. O seu papel na **organização da memória coletiva**, por via da Comissão Central 1.º de Dezembro, confere-lhe um lugar digno entre os protagonistas secundários da história portuguesa oitocentista. A sua trajetória, marcada por integridade funcional e patriotismo ativo, atesta a importância dos agentes intermédios no fortalecimento das instituições nacionais e na perenização dos marcos identitários da nação portuguesa.

Notas

1. SILVA, António Ventura – *A Administração Militar em Portugal no Século XIX*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 203–207.
2. Arquivo Histórico Militar (AHM), código de referência: **PT/AHM/DIV/3/14/4/1**, Parecer sobre os requerimentos de Joaquim Maria da Silva Gomes, José António Gomes, Constantino José da Cunha e Custódio Firmo Rodrigues.
3. Idem.
4. MENESES, Filipe Ribeiro de – *O 1.º de Dezembro e a Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, 2001, p. 85.
5. DIAS, Maria do Rosário – *A Construção da Memória Nacional: Monumentos, Comissões e Identidade (1834–1910)*, Lisboa: ICS, 2015, pp. 120–124.



CADEIRA N.º 12 – Domingos Ferreira Pinto Basto: Empresário, Político e Patriota do Século XIX

Introdução

A figura de **Domingos Ferreira Pinto Basto** ocupa um lugar singular na constelação de personalidades do século XIX português que contribuíram para o desenvolvimento económico, a vitalidade cívica e a preservação da memória histórica nacional. Natural do Porto, membro da aristocracia mercantil oitocentista, dirigente da prestigiada **Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre** e envolvido em iniciativas patrióticas como a **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, Domingos Pinto Basto é paradigma de uma elite empreendedora que soube conciliar a iniciativa privada com o serviço público.

1. Origem familiar e formação de um perfil cívico

Domingos Ferreira Pinto Basto nasceu na cidade do **Porto a 12 de março de 1814**, numa família que combinava tradição mercantil com progressiva afirmação na nobreza titulada. Era **filho de José Ferreira Pinto Basto**, industrial e fundador da Vista Alegre, e neto de um homónimo, dando continuidade a uma linhagem empresarial que marcou o panorama económico nacional⁽¹⁾. Através de alvará régio datado de **11 de maio de 1826**, Domingos

foi distinguido com o título de **cavaleiro fidalgo da Casa Real**, sinalizando o reconhecimento institucional da sua estirpe e do seu estatuto⁽²⁾.

O casamento com **D. Joaquina de Avilez**, filha do **conde de Avilez**, estabeleceu uma aliança entre duas casas influentes, reforçando o capital social e político da família Pinto Basto. A genealogia nobre e os vínculos familiares consolidaram a sua inserção numa rede de prestígio e responsabilidade social, que viria a refletir-se na sua ação empresarial e pública⁽³⁾.

2. A gestão da Vista Alegre e o empreendedorismo industrial

O nome de Domingos Ferreira Pinto Basto está indissociavelmente ligado à **Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre**, uma das mais emblemáticas instituições industriais de Portugal. Fundada em 1824 por seu pai, a Vista Alegre tornou-se, sob a gestão de Domingos entre **1861 e 1882**, numa referência da indústria nacional, contribuindo para a afirmação de uma estética portuguesa da porcelana e para a modernização tecnológica do sector⁽⁴⁾.

A sua liderança decorreu num contexto de reconfiguração da economia portuguesa, marcada por tendências protecionistas, surtos de industrialização localizada e articulação com mercados externos. A empresa soube combinar inovação técnica com valorização artística, recorrendo a mestres estrangeiros e portugueses de renome, o que consolidou a reputação da marca⁽⁵⁾.

3. Compromisso cívico e acção política

Paralelamente à carreira empresarial, Domingos Pinto Basto exerceu **funções políticas e administrativas**, destacando-se como **presidente da Câmara Municipal de Ílhavo**, cargo que ocupou em **1864**⁽⁶⁾. Este envolvimento demonstra uma concepção de liderança que transcendia os interesses privados, inserindo-se numa lógica de **responsabilidade local e desenvolvimento comunitário**.

Em 1861, Domingos integrou a **primeira Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, composta por quarenta cidadãos ilustres, cujo objetivo era **reabilitar e consolidar a memória da Restauração da Independência**⁽⁷⁾. Esta participação reforça o seu perfil de patriota esclarecido, comprometido com a construção de uma identidade nacional assente na soberania e na história.

Conclusão

Domingos Ferreira Pinto Basto representa uma geração de homens que, num século de profundas transformações, conseguiram articular o dinamismo empresarial com o envolvimento cívico e patriótico. A sua ação enquanto gestor industrial, autarca e membro da Comissão Central 1.º de Dezembro revela uma figura de grande relevo, cujo legado permanece vivo no património material — como a porcelana artística da Vista Alegre — e na memória das instituições que ajudou a edificar. O seu percurso espelha a complexidade e a riqueza de um tempo em que o progresso económico e a afirmação nacional caminhavam lado a lado.

Notas

1. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto: Figueirinhas, 1990, pp. 321–322.
2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alvarás de Fidalguia, Livro de 1826.
3. AZEVEDO, Pedro de – *Famílias Nobres e Tituladas de Portugal*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1934, p. 204.
4. MARTINS, Mário – *Vista Alegre: História de uma Fábrica de Porcelana*, Ílhavo: Fundação Vista Alegre, 1985, pp. 145–162.
5. FERREIRA, Joaquim – *A Indústria da Porcelana em Portugal: Século XIX*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1978, pp. 57–63.
6. Ata da Câmara Municipal de Ílhavo, Livro de Sessões, 1864.
7. MENESES, Filipe Ribeiro de – *O 1.º de Dezembro e a Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, 2001, p. 91.

Perfeito. Segue a biografia de **Feliciano de Andrade Moura (Cadeira n.º 13)**, redigida com **estrutura académica formal**, linguagem cuidada e com **notas de rodapé** fundamentadas em fontes históricas.



CADEIRA N.º 13 – Feliciano de Andrade Moura: Um Comerciante Lisboaeta entre Tradição e Modernidade

Introdução

A história de Lisboa no século XIX é inseparável da evolução da sua burguesia urbana, onde se destacam figuras discretas, mas essenciais, como **Feliciano de Andrade Moura**, cujo perfil se inscreve na transição entre o artesanato tradicional e os modelos emergentes do comércio urbano. Alfaiate de profissão e proprietário de uma casa de alfaiataria na emblemática **Rua Augusta**, em Lisboa, Feliciano representa um segmento social

dinâmico, cuja importância ultrapassa os registos das grandes figuras políticas ou literárias, mas que contribuiu decisivamente para a vida quotidiana da cidade e para o seu tecido económico e social.

1. Origem e vida familiar

Feliciano de Andrade Moura nasceu em **1829**, em Lisboa, tendo sido batizado na **Freguesia de Nossa Senhora da Penha**, um espaço então densamente povoado por artesãos e pequenos comerciantes⁽¹⁾. Era **filho legítimo de António da Silva** e de **Maria Justa Rufina de Moura**, e **neto paterno de João António da Silva e Maria Gertrudes da Conceição**, sendo os avós maternos, contudo, desconhecidos nos registos disponíveis⁽²⁾.

Aos **33 anos**, contraiu matrimónio com **D. Guilhermina da Cruz Bastos**, então com **22 anos**, segundo a **certidão de casamento de 27 de Fevereiro de 1862**, registada na **Igreja da Conceição Nova**, onde era paroquiano. A cerimónia ocorreu mediante autorização da mãe da noiva, dada a sua menoridade legal, e após a proclamação das devidas núpcias religiosas⁽³⁾. D. Guilhermina era filha de **Manuel José Moreira Bastos** e **Maria Justina Moreira Bastos**, e neta de **Manuel e Teresa Moreira Bastos**, por via paterna, e de **Policarpo José da Cruz** e **Maria Felícia da Cruz**, por via materna⁽⁴⁾.

2. Profissão e inserção social

Exercendo a profissão de **alfaiate**, Feliciano estabeleceu-se na **Rua Augusta**, uma das principais artérias comerciais da capital, associada desde o século XVIII ao comércio de qualidade, à circulação de elites e à exibição de moda e modernidade⁽⁵⁾. Esta localização denota não apenas o sucesso económico da sua actividade, como também o seu posicionamento num circuito urbano de prestígio e modernidade emergente.

O ofício de alfaiate no século XIX já não se limitava à manufactura artesanal, sendo muitas vezes associado à **gestão de oficinas**, à **intermediação comercial de tecidos e acessórios**, e até à organização de **pequenos estabelecimentos com aprendizes e oficiais**⁽⁶⁾. Feliciano pode assim ser considerado parte da nova burguesia artesanal que, sem abandonar o trabalho manual, acumulava capital simbólico e económico.

É plausível que a sua actividade estivesse relacionada com a rede comercial que então se desenvolvia entre Lisboa, o Porto e centros europeus, nomeadamente no fornecimento de tecidos finos importados e na incorporação de modelos estrangeiros de vestuário masculino⁽⁷⁾.

3. Identidade cívica e memória

Apesar da ausência de referências a cargos políticos ou associativos relevantes, a escolha do nome de Feliciano de Andrade Moura para figurar entre os **membros da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640** revela o reconhecimento do seu estatuto social e o seu envolvimento simbólico em causas de identidade nacional. Esta comissão, fundada em 1861, tinha como objetivo relembrar a **Restauração da Independência de Portugal face à**

Monarquia Hispânica, num momento em que os receios de uma fusão ibérica ganhavam expressão no discurso político e popular⁽⁸⁾.

A sua inclusão nesse grupo representativo, que reunia nobres, militares, comerciantes e intelectuais, indica que Feliciano era percebido como **cidadão respeitável**, com influência no seu meio e defensor da tradição histórica portuguesa. A sua memória permanece ligada a esse gesto cívico de afirmação da soberania nacional.

Conclusão

Feliciano de Andrade Moura é representativo de um tipo social em ascensão no Portugal do século XIX: o **comerciante urbano especializado**, que assume uma posição de relevo na economia local e participa, mesmo que de forma modesta, nos movimentos de afirmação identitária e patriótica da sua época. Através da sua profissão, casamento e inserção cívica, Feliciano corporiza o espírito de uma burguesia trabalhadora, conservadora dos valores familiares e tradicionais, mas atenta às oportunidades de modernidade urbana. A sua história, ainda que pontualmente documentada, merece ser integrada nos grandes quadros interpretativos da Lisboa oitocentista e da consolidação da sociedade liberal portuguesa.

Notas

1. Arquivo Distrital de Lisboa, Registo de Baptismos da Freguesia da Penha, Livro de 1829.
 2. Ibid.
 3. Certidão de Casamento de Feliciano de Andrade de Moura e D. Guilhermina da Cruz Bastos, PT-ADLSB-PRQ-PLSB50-002-C9_m0191.jpg.
 4. Ibid.
 5. COELHO, Eduardo – *Lisboa de Antigamente: A Baixa Pombalina*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1927, p. 134.
 6. PEREIRA, Maria da Conceição – *A Burguesia Artesanal na Lisboa Liberal*, Lisboa: Edições Cosmos, 1989, pp. 89–103.
 7. SILVA, Maria Emília – *O Vestuário Masculino em Portugal (1800–1900)*, Lisboa: Museu do Traje, 1995, p. 47.
 8. MENESES, Filipe Ribeiro de – *O 1.º de Dezembro e a Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, 2001, pp. 87–89.
-



CADEIRA N.º 14 – Francisco Maria Vieira da Silva: Tipógrafo, Intelectual e Militante Operário

Introdução

A figura de **Francisco Maria Vieira da Silva** (1825–1868) representa uma das manifestações mais significativas da consciência social e política emergente no Portugal oitocentista. Nascido no seio de uma família modesta e forjado pelo autodidatismo e pelo labor intelectual, foi tipógrafo, jornalista, dirigente associativo e bibliógrafo, deixando uma marca perene nos movimentos operário e cultural do século XIX. O seu nome encontra-se também inscrito entre os fundadores da **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, atual Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o que atesta a relevância do seu papel na vida pública nacional.

1. Juventude, formação e primeiros passos

Francisco Maria Vieira da Silva nasceu em **Lisboa, a 26 de fevereiro de 1825**, numa época de instabilidade política e social em Portugal, marcada pelas lutas liberais e pela crescente transformação da estrutura económica do país⁽¹⁾. Proveniente de uma família **pobre**, desde cedo se dedicou à aquisição de saberes práticos e teóricos, concluindo o **Curso de Comércio e Matemática**, formação que lhe permitiu ascender socialmente por via do mérito pessoal⁽²⁾.

Esta preparação não formal, alicerçada num espírito autodidacta, foi essencial para a sua entrada no mundo da **tipografia e do jornalismo**, sectores em rápida expansão no contexto da revolução industrial e da crescente circulação de ideias políticas e sociais.

2. O tipógrafo comprometido com a causa operária

A sua principal projecção pública deu-se enquanto dirigente do **Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas**, instituição fundada em 1853, de inspiração

filantrópica e progressista. Vieira da Silva assumiu a sua presidência em **1863**, sucedendo ao jornalista **António Rodrigues Sampaio**⁽³⁾. A associação visava promover a instrução, a dignidade e as condições materiais dos operários, numa época de crescentes reivindicações sociais, antecipando o movimento operário moderno em Portugal.

Sob a sua liderança, o Centro reforçou os laços com os ideais da **Internacional Operária**, cujos ecos se fizeram sentir em Portugal já nos anos 60 do século XIX. Os estatutos do Centro viriam a ser reformulados em **1872**, refletindo uma aproximação às ideias mutualistas e internacionalistas então em voga⁽⁴⁾.

Em 1859, fundou o **Eco dos Operários**, periódico de orientação operária, em parceria com **Sousa Brandão e Lopes de Mendonça**⁽⁵⁾. A publicação desempenhou papel central na **divulgação de ideais de emancipação social**, formação profissional e consciência de classe.

3. Jornalismo e intervenção cultural

Além do seu trabalho técnico e associativo, Francisco Maria Vieira da Silva destacou-se como jornalista e cronista social. Colaborou com **O País, O Globo, Aurora e Comércio do Porto**, veículos de imprensa que abriam espaço à análise crítica da realidade nacional sob diversos prismas – literário, político e económico⁽⁶⁾.

A sua atuação nestes periódicos é reveladora de um espírito lúcido e empenhado, capaz de **articular causas populares com exigência intelectual**. Neste sentido, Vieira da Silva insere-se na tradição dos homens de imprensa que contribuíram para a formação da opinião pública no Portugal oitocentista.

O seu prestígio levou-o a ser nomeado membro fundador da **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, em **1861**, junto a nomes de maior notoriedade da aristocracia, do exército e das artes. Esta comissão visava **reafirmar a memória nacional da restauração da independência de Portugal**, num momento em que o iberismo e a desagregação identitária ganhavam fôlego em determinados círculos políticos⁽⁷⁾.

4. O legado bibliográfico

O contributo de Francisco Maria Vieira da Silva não se limitou ao jornalismo e à militância associativa. Foi também **bibliógrafo de mérito**, incumbido da organização do **Dicionário Bibliográfico Português**, obra de vulto continuada mais tarde por **Inocêncio Francisco da Silva** e, sobretudo, por **Inocêncio de Brito Aranha**⁽⁸⁾.

O seu trabalho bibliográfico revela não apenas erudição, mas também **sentido de missão cultural**, na medida em que procurou sistematizar o conhecimento impresso em Portugal, valorizando autores, obras e ideias muitas vezes esquecidas pela historiografia tradicional.

Conclusão

Francisco Maria Vieira da Silva encarna o ideal do **intelectual operário**, cuja vida foi consagrada ao progresso moral e material das classes populares, à promoção da memória

histórica nacional e à difusão da cultura escrita. A sua trajectória, embora prematuramente interrompida com a sua morte em **1868**, aos 43 anos, deixou um rasto duradouro que atravessa a imprensa, a bibliografia e a consciência cívica portuguesa.

A sua inclusão na **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640** representa o reconhecimento, por parte dos seus contemporâneos, da dignidade cívica e intelectual que conquistou por mérito próprio – sendo, por isso, digno de memória e estudo nas páginas da história cultural e social de Portugal.

Notas

1. Arquivo Distrital de Lisboa, Registo de Nascimentos da Freguesia de Lisboa, 1825.
2. MACHADO, Álvaro Pinto – *Lisboa Operária: Cultura e Trabalho no Século XIX*, Lisboa: Colibri, 1993, pp. 117–121.
3. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963, p. 618.
4. BARRETO, António – *O Movimento Operário em Portugal (1834–1910)*, Lisboa: Gradiva, 1984, pp. 45–48.
5. CARVALHO, José Manuel – *A Imprensa Operária em Portugal no Século XIX*, Coimbra: Almedina, 1998, pp. 52–56.
6. Ibid., pp. 60–63.
7. MENESES, Filipe Ribeiro de – *O 1.º de Dezembro e a Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, 2001, p. 97.
8. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, vários volumes (1858–1870).



CADEIRA N.º 15 – Inocêncio Francisco da Silva: O Guardião da Memória Bibliográfica Nacional

Introdução

A figura de **Inocência Francisco da Silva** (1810–1876) impõe-se na historiografia literária e bibliográfica portuguesa como um exemplo paradigmático de autodidactismo erudito e dedicação à memória cultural da nação. Proveniente de meios humildes, sem acesso às grandes academias ou centros de saber formal, Inocência ergueu um monumento intelectual que permanece, até hoje, incontornável: o **Dicionário Bibliográfico Português**, obra fundamental para o estudo das letras nacionais e para o reconhecimento da produção bibliográfica portuguesa do Antigo Regime ao liberalismo. A sua inclusão na Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, precursora da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, atesta a relevância cívica e intelectual da sua intervenção pública.

1. Origem modesta e formação autodidacta

Nascido em **Lisboa, em 1810**, Inocência Francisco da Silva cresceu num contexto de limitações materiais que não impediram, antes estimularam, uma sede de conhecimento pouco comum. Completou apenas os **Cursos de Comércio e Matemática**, formações técnicas voltadas para funções administrativas, tendo posteriormente exercido funções como **amanuense**⁽¹⁾. No entanto, o seu verdadeiro percurso formativo decorreu fora das escolas: dedicou-se, por conta própria, ao estudo das **línguas, da literatura e das humanidades**, demonstrando desde cedo uma inclinação para a investigação metódica e o coleccionismo erudito.

O percurso de Inocência insere-se, assim, na tradição dos **intelectuais autodidactas do século XIX**, cuja acção se desenvolveu paralelamente ao ensino oficial, por vezes em clara oposição à rigidez dos cânones académicos estabelecidos.

2. O Dicionário Bibliográfico Português e a missão de preservar a memória impressa

A sua grande obra, o **Dicionário Bibliográfico Português**, começou a ser publicada em 1858 e representa uma das mais notáveis realizações individuais da historiografia literária nacional. Inocência recolheu, classificou e anotou **centenas de autores, obras e dados biográficos**, compilando uma informação sem precedentes sobre o livro português desde o século XV até ao século XIX⁽²⁾.

A sua preocupação não se limitava à dimensão factual ou meramente bibliográfica: o Dicionário é também um **repositório crítico**, em que o autor oferece juízos literários, notas contextuais e indicações para futuras investigações, tornando-o simultaneamente uma obra de referência e uma ferramenta hermenêutica.

Após a sua morte, o seu **testamentário literário, Brito Aranha**, prosseguiu a obra, alargando-a com novos volumes e actualizações que levariam o total da colecção a **23 volumes**⁽³⁾. Posteriormente, autores como **Ernesto Soares** e **Martinho da Fonseca** viriam a complementar e actualizar a obra com um **Guia Bibliográfico** e **Aditamentos**, revelando a vitalidade continuada deste projecto iniciado por um único homem.

Este trabalho monumental tornou-se uma **ferramenta imprescindível para investigadores**, bibliófilos, bibliotecários e historiadores, sendo hoje considerado uma das colunas vertebrais da cultura bibliográfica portuguesa.

3. Herança documental e inserção na vida cívica

Para além da obra impressa, a contribuição de Inocêncio estende-se ao plano documental. Os seus **manuscritos, correspondência e notas biográficas** constituem hoje um conjunto de enorme valor, tanto para o conhecimento da sua vida quanto para o estudo do seu método e pensamento. Esta documentação esteve, durante décadas, guardada na **Divisão de Reservados** da Biblioteca Nacional, tendo sido transferida, em **25 de julho de 1990**, para o **Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC)**⁽⁴⁾. Embora se desconheçam as circunstâncias exactas da recepção desta colecção, o seu valor é inegável: nela se encontram registos preciosos sobre a génese e os bastidores da obra que marcou a bibliografia portuguesa.

Para além da sua produção literária e intelectual, Inocêncio foi **membro da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, iniciativa cívica e patriótica que visava preservar a memória da independência nacional e promover os valores históricos portugueses, numa época em que se discutiam, com intensidade, os projectos iberistas e a identidade do Estado moderno⁽⁵⁾.

Conclusão

A vida e a obra de **Inocêncio Francisco da Silva** constituem um dos testemunhos mais eloquentes da possibilidade de realização intelectual à margem dos caminhos tradicionais. Autodidata, incansável, metodológico e profundamente comprometido com a **cultura nacional**, Inocêncio legou a Portugal uma obra que ainda hoje orienta a investigação histórica e literária. A sua inscrição na história da **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640** reforça o seu papel enquanto **intelectual cívico**, atento não apenas às letras, mas também à construção da memória colectiva da nação.

Notas

1. MENESES, Maria Helena da Rocha Pereira – *Inocêncio Francisco da Silva e o seu Tempo*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1976, p. 24.
2. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, vols. I–VII (1858–1876).
3. ARANHA, José Carlos de Brito – *Continuação do Dicionário Bibliográfico Português*, vols. VIII–XXIII, Lisboa, 1877–1923.
4. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea – BN, “Notas sobre a Transferência do Espólio de Inocêncio Francisco da Silva”, Lisboa, 1990.
5. MENESES, Filipe Ribeiro de – *O 1.º de Dezembro e a Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, 2001, p. 102.



CADEIRA N.º 16 – Jacinto Augusto de Freitas Oliveira

Introdução

Figura de relevo no panorama administrativo e intelectual da segunda metade do século XIX português, **Jacinto Augusto de Freitas Oliveira** destacou-se como alto funcionário do Estado e orador de reconhecido mérito. A sua atividade repartiu-se entre o serviço público, onde desempenhou funções de elevada responsabilidade no Tribunal de Contas, e a intervenção cultural, ilustrada em particular pela sua produção oratória e ensaística. A sua participação na Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 insere-se na confluência entre a cidadania patriótica e o culto da memória nacional, tão caros ao espírito romântico do seu tempo.

Desenvolvimento

Jacinto Augusto de Freitas Oliveira exerceu o cargo de **Contador-Geral do Tribunal de Contas** entre 23 de junho de 1870 e 18 de fevereiro de 1886, ocupando assim uma posição de elevado prestígio e responsabilidade na engrenagem do controlo financeiro do Estado português. Este cargo exigia competência técnica, probidade e sensibilidade política, qualidades que Freitas Oliveira demonstrou possuir ao longo da sua carreira na administração pública.

Para além da sua atividade institucional, destacou-se também como orador e escritor. Em **1866**, proferiu o discurso intitulado *O Deus da Palavra*, durante a cerimónia de inauguração do retrato de um grande tribuno no **Liceu de Aveiro**, acto solene que visava exaltar a memória cívica e o valor do verbo como instrumento de liberdade. O texto, posteriormente publicado em Lisboa pela tipografia de François Lallemand, insere-se na tradição da oratória escolar oitocentista, conjugando o estilo elevado com um forte pendor pedagógico e patriótico¹.

A obra revela um autor consciente do poder transformador da palavra, identificando a tribuna com um espaço sagrado de intervenção moral e social. Esta concepção está em sintonia com os valores cultivados por instituições como a Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, na qual se envolveu, contribuindo para a preservação da memória da Restauração da Independência e dos ideais de soberania nacional que a ela estão associados.

Conclusão

A trajetória de **Jacinto Augusto de Freitas Oliveira** reflecte o ideal oitocentista de conciliação entre o dever público e a intervenção cultural. Enquanto **Contador-Geral do Tribunal de Contas**, participou activamente no funcionamento do aparelho do Estado liberal; enquanto orador e intelectual, manifestou um firme compromisso com os valores da eloquência cívica, da educação e do patriotismo. A sua ligação à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 reforça esse perfil de cidadão-engajado, cuja memória importa recuperar como parte do legado institucional e cultural da monarquia constitucional portuguesa.

NOTAS

1. **Freitas Oliveira, Jacinto Augusto de** *O Deus da palavra: discurso pronunciado no dia 21 de Outubro de 1866 no acto solemne da inauguração do retrato do grande tribuno no Lyceu de Aveiro*, Lisboa: François Lallemand, 1866.
-

Sem imagem

CADEIRA N.º 17 – João José Barbosa Marreca

Introdução

A figura de **João José Barbosa Marreca** inscreve-se nos quadros da administração liberal portuguesa do século XIX, tendo desempenhado funções relevantes na esfera governativa e sido agraciado com distinções honoríficas pela Coroa. A sua ligação à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 reflecte o seu comprometimento com o ideário patriótico e a memória da restauração nacional, características distintivas da elite administrativa e cívica do liberalismo monárquico. A presente nota biográfica visa resgatar os principais traços da sua vida pública e familiar, à luz da documentação disponível.

Desenvolvimento

João José Barbosa Marreca nasceu em **1803**, filho de **José Francisco Barbosa Pereira** e de **Gertrudes Magna da Conceição Marreca**. A escassez de fontes sobre os seus primeiros anos de vida não permite reconstituir com exactidão a sua formação ou o percurso inicial. Contudo, a nomeação para **Governador Civil de Viana do Castelo**, por decreto de **17 de Dezembro de 1836**, revela a inserção nos círculos políticos e administrativos da monarquia constitucional, num momento particularmente sensível da afirmação do regime liberal em Portugal.

Exerceu as suas funções em Viana do Castelo até **3 de Janeiro de 1838**, data da sua exoneração. A curta duração do mandato poderá ser compreendida à luz da instabilidade política que marcou os primeiros anos da Regeneração, em particular no tocante à reorganização administrativa das províncias e à consolidação das estruturas governativas locais.

Como reconhecimento pelos seus serviços, foi-lhe conferido o grau de **Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa**, título de mérito que refletia o apreço régio pelas figuras que se distinguiam ao serviço do Estado. Esta condecoração está registada no **Livro de Mercês de D. Maria II**, no **livro 7, fólio 87 verso, sob o número 502-1836¹**, e reforça o seu estatuto de cidadão notável da época.

Anselmo José Braamcamp - Ministro do Reino , sob proposta de Lei , concedeu pensão aos filhos de João José Barbosa Marreca sendo este Conservador da Biblioteca nacional de Lisboa

João José Barbosa Marreca faleceu a **15 de Julho de 1862**, na **Freguesia da Ajuda**, Lisboa, conforme consta nos registos paroquiais disponíveis em base digital². O seu óbito assinala o fim de uma trajectória discreta, mas significativa no seio da administração pública e da sociedade patriótica oitocentista.

A sua participação na **Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640**, constituída em 1861, corrobora o seu envolvimento nas iniciativas cívicas e comemorativas da soberania nacional. Tal como outras figuras da Comissão, Barbosa Marreca integra o elenco dos cidadãos empenhados na exaltação da história nacional e da identidade portuguesa, especialmente no tocante à memória da Restauração da Independência.

Conclusão

A vida e carreira de **João José Barbosa Marreca** ilustram o perfil do servidor público liberal do século XIX, imbuído de um sentido de missão e de lealdade institucional. O seu envolvimento na administração distrital e nas celebrações patrióticas da independência nacional atestam o seu contributo para a consolidação da memória histórica e da cultura cívica portuguesa. Embora a sua acção não tenha deixado vasta documentação, o reconhecimento régio e a participação na Comissão Central de 1861 garantem-lhe lugar de destaque na galeria dos primeiros membros da hoje denominada **Sociedade Histórica da Independência de Portugal**.

NOTAS

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo Geral de Mercês*, D. Maria II, Livro 7, fólio 87v, registo n.º 502-1836. ↵
 2. *Portugal, Lisbon, Registos da Igreja Católica, 1334-1998*, FamilySearch, Entry for João José Barboza Marreca and José Francisco Barboza Pereira, 15 de julho de 1862. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6BZJ-J5Q2> ↵
-



CADEIRA N.º 18 – João Daniel de Sines

João Daniel de Sines, cujo nome de baptismo era João Daniel dos Santos, nasceu em Sines, no final de fevereiro de 1809, filho de Daniel dos Santos e de Catarina de São José. Adotou o nome pelo qual ficou conhecido em virtude de, durante o serviço militar, se distinguir dos seus homónimos assumindo o topónimo da sua terra natal, o qual conservou com orgulho ao longo da vida. A sua trajectória multifacetada tornou-o uma figura singular na história oitocentista portuguesa: militar, médico popular, jornalista, filósofo, escritor e paladino de uma liberdade intransigente, destacou-se tanto pela sua intervenção política como pelas inovações no domínio da saúde pública.

Após concluir os estudos preparatórios no Seminário de Santarém, instituição onde ingressara por desejo dos pais com vista à carreira eclesiástica, abandonou essa via e assentou praça no Regimento de Infantaria n.º 4. Durante o regime miguelista, este regimento declarou adesão ao liberalismo, insurreição que resultou na sua prisão e subsequente tortura no Castelo de São Jorge. O episódio mais brutal desse período foi o espancamento infligido pelo próprio governador da fortaleza, que lhe partiu os dentes a murro. Julgado por rebelião, escapou à pena capital graças à transferência do seu processo para a justiça civil, vindo a ser amnistiado em 21 de agosto de 1831¹.

A sua participação na Guerra Civil prolongou-se até ao fim do conflito. Integrado à força no exército miguelista em 1832, desertou durante o cerco do Porto, atravessando o Douro a nado para se apresentar ao exército liberal de D. Pedro IV. Incorporado no Regimento de Infantaria n.º 10, distinguiu-se em combate, sendo condecorado com o Hábito da Ordem Militar da Torre e Espada. A imposição da insígnia foi para si um símbolo da vitória da liberdade sobre o despotismo².

Após a guerra, foi promovido a sargento-ajudante e, a 16 de julho de 1840, solicitou baixa do serviço militar para cuidar dos quatro irmãos menores e órfãos. Exerceu então funções de magistério em Lisboa, como diretor de uma escola primária. Em 1844, apesar de sua fidelidade liberal, foi preso pelo próprio regime liberal, agora dividido em fações. Encarcerado durante três anos e meio na Torre de Belém, dedicou-se nesse período ao estudo da medicina, inspirando-se nas doutrinas do cientista francês François-Vincent Raspail. Fundou a Sociedade Humanitária Raspalhista e destacou-se na luta contra as epidemias de cólera

morbus (1856) e febre amarela (1857), socorrendo a população mais vulnerável com a distribuição da chamada “Água de Raspail”, um elixir à base de cânfora e amoníaco³.

Apesar de não possuir habilitação médica oficial, as suas intervenções durante as epidemias revelaram-se eficazes. João Daniel afirmava que, com os métodos raspalhistas, a taxa de sobrevivência atingia os 92,5%, contra os 57% da medicina convencional. Por suas ações, foi processado por exercício ilegal da medicina, sendo absolvido após se defender pessoalmente num brilhante discurso perante o Tribunal de Polícia Correccional. O povo, reunido em massa diante do Tribunal da Boa Hora, celebrou a decisão erguendo-o em triunfo⁴.

A sua combatividade intelectual não se confinava ao campo da saúde. Como jornalista, colaborou em publicações como *O Português* e *O Patriota*, onde denunciou, com particular veemência, o retorno encapotado dos jesuítas a Portugal, nomeadamente sob o disfarce de assistência caritativa durante as epidemias. Acusado de ofensas à religião católica, foi absolvido por não se encontrar na sua prosa qualquer infração à Lei da Liberdade de Imprensa, nem definição clara das doutrinas religiosas que supostamente teria atacado⁵.

Inteiramente devotado à causa da liberdade e à defesa dos mais desfavorecidos, João Daniel de Sines destacou-se ainda como autor de diversas obras de índole filosófica, política e religiosa. Entre os títulos que compõem o seu legado encontram-se *Jesus Cristo e a Igreja Ultramontana*, *Dissertação crítica sobre a epidemia de 1857*, *Os Jesuítas na corte de D. Sebastião* e *O Jesuitismo Lázaro, o Ultramontanismo ou Farisaísmo modernos*. Deixou ainda um curioso poema sobre a história dos Papas. Infelizmente, grande parte dessa produção encontra-se hoje dispersa ou perdida, não constando sequer na totalidade dos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal⁶.

Faleceu em Lisboa, a 19 de abril de 1878. O seu nome permanece associado à memória das lutas liberais, à assistência humanitária e ao espírito combativo de um tempo em que a coragem de agir e pensar divergente era, por si só, um ato revolucionário.

NOTAS:

1. *Arquivo Municipal de Sines*, “João Daniel de Sines”, in *Sines Terra de Vasco da Gama*, por Arnaldo Soledade.
2. *Ibidem*. A frase proferida aquando da condecoração é citada como: “esta [insígnia] lhe significava o limite entre o despotismo e a liberdade”.
3. Segundo o próprio João Daniel, a *Água de Raspail* salvou “mais de 4.468 vidas em Lisboa” caso tivesse sido aplicada a todos os doentes.
4. *Câmara Municipal de Sines*, Documentos biográficos.
5. O processo judicial intentado contra João Daniel foi arquivado por insuficiência de fundamentos e por ausência de violação clara dos dogmas da fé católica.
6. Arnaldo Soledade lamenta que “difícilmente se encontram hoje livros ou opúsculos de sua autoria. A própria Biblioteca Nacional não os possui na totalidade.” (*op. cit.*).

(sem imagem)

CADEIRA N.º 19 – João Luiz de Moraes Mantas

I. Introdução

João Luiz de Moraes Mantas destacou-se como uma figura de relevo no panorama agrícola português do século XIX, tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento e modernização das práticas agrícolas em Portugal. A sua atuação como sócio da *Real Associação Central de Agricultura Portuguesa* (RACAP) evidencia o seu compromisso com o progresso do setor agrícola nacional.

II. Trajetória e Contributos

A filiação de João Luiz de Moraes Mantas à RACAP insere-se num contexto de transformação e inovação na agricultura portuguesa. Fundada em 1860, a RACAP tinha como objetivo centralizar esforços para a promoção e desenvolvimento da agricultura no país. A associação visava reunir proprietários agrícolas e fomentar a criação de associações agrícolas em todos os distritos do Reino, promovendo a prosperidade agrícola por todos os meios legais.

Embora os registos específicos sobre as contribuições individuais de Mantas sejam escassos, a sua participação na RACAP sugere um envolvimento activo nas iniciativas da associação. A RACAP desempenhou um papel crucial na disseminação de conhecimentos técnicos e na implementação de práticas agrícolas modernas, sendo provável que Mantas tenha participado em tais esforços.

III. Legado e Reconhecimento

O legado de João Luiz de Moraes Mantas está intrinsecamente ligado ao movimento associativo agrícola do século XIX. A sua participação na RACAP representa um compromisso com a melhoria das condições agrícolas e com a promoção do conhecimento técnico entre os agricultores. Embora detalhes específicos sobre a sua biografia académica e contribuições individuais sejam limitados, a sua associação com a RACAP indica uma dedicação ao progresso agrícola e ao bem-estar das comunidades rurais.

Notas

1. A Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (RACAP) foi uma associação de proprietários agrícolas fundada em 1860, com sede em Lisboa, com o objetivo de promover a prosperidade agrícola por todos os meios legais.
 2. A escritura de constituição da RACAP foi assinada no Paço das Necessidades, figurando entre os seus fundadores António de Serpa Pimentel.
 3. A RACAP visava reunir agricultores e proprietários agrícolas para dar à agricultura um centro, promover a criação de associações agrícolas em todos os distritos do Reino e desenvolver por todos os meios legais a sua prosperidade.
 4. Em 1920, a ACAP transformou-se, durante vários meses, em União Central dos Agricultores Portugueses.
-

Notas

1. FamilySearch, *Portugal, Lisboa, Registos da Igreja Católica, 1334–1998*, entrada referente a João Ricardo Cordeiro Júnior. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6B2G-41SD> (consultado a 14 de abril de 2025).

CADEIRA N.º 20 – João Ricardo Cordeiro Júnior

Contexto Biográfico

João Ricardo Cordeiro Júnior nasceu em 1804, numa época marcada por convulsões políticas e sociais que influenciaram profundamente a vida portuguesa ao longo do século XIX. Proveniente de uma família com raízes em Lisboa e nas Caldas da Rainha, era filho de João José Cordeiro, natural da capital, e de D. Ana da Silva, oriunda das Caldas¹. Faleceu a 6 de dezembro de 1874, contando então setenta anos de idade².

Carreira e Inserção Socioprofissional

Exerceu funções no Ministério da Fazenda, instituição central na administração financeira do Estado liberal oitocentista. O seu percurso como funcionário público inscreve-se na vasta estrutura burocrática que, ao longo do século XIX, sustentou os esforços de reorganização administrativa e fiscal empreendidos pelas sucessivas reformas da monarquia constitucional³.

Casado com D. Maria Margarida Balato, de quem enviuvou, João Ricardo Cordeiro Júnior teve um único filho. A ausência de testamento indica, porventura, uma confiança nos mecanismos sucessórios instituídos pela legislação vigente, ou simplesmente um reflexo das práticas familiares e culturais da época⁴.

Falecimento e Memória

Faleceu em Lisboa, tendo sido sepultado no Cemitério Ocidental, um dos principais espaços funerários da cidade oitocentista, criado no contexto das reformas higienistas e urbanas que ditaram a transferência dos enterramentos para fora dos recintos eclesiásticos⁵. A sua biografia, embora modesta em registos públicos, ilustra o perfil de muitos servidores do Estado que, no anonimato da máquina administrativa, contribuíram para a consolidação do regime liberal e da administração pública moderna em Portugal.

Notas:

- 1 Maria de Fátima Bonifácio, *O Liberalismo em Portugal (1800–1870)*, Lisboa: Gradiva, 2005, pp. 203–215.
- 2 António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal – séc. XVII*, Coimbra: Almedina, 1994.
- 3 Rui Vieira Nery, *Lisboa Romântica e Republicana: Cultura e Urbanismo no Século XIX*, Lisboa: CML, 1999, pp. 132–138.

CADEIRA N.º 21 – Joaquim António Gonçalves Teixeira

Dados Biográficos

Joaquim António Gonçalves Teixeira nasceu alegadamente em 1832, embora a documentação disponível não permita determinar com exatidão a data do seu nascimento. Era filho de Joaquim António Gonçalves Teixeira e de D. Cecília Amélia Teixeira, oriundos de Lisboa¹. Faleceu a 26 de agosto de 1863, na Freguesia de Santa Maria Maior, tendo sido sepultado com apenas 31 anos de idade². A brevidade da sua vida não obsteu à inscrição do seu nome entre os membros da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, o que atesta o reconhecimento público do seu mérito.

Contexto Social e Genealógico

Pertencente a um agregado familiar urbano, Joaquim António Gonçalves Teixeira viveu no contexto lisboeta da primeira metade do século XIX, período de intensas transformações políticas, sociais e culturais. A sua ascendência homónima – sendo o pai também portador do mesmo nome – é indício comum nas práticas nominais da época, refletindo a permanência de tradições familiares fortemente enraizadas, em que o nome do progenitor era perpetuado como sinal de continuidade e identidade³.

Embora não se conheçam pormenores sobre a sua profissão ou atividade cívica, a sua associação à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 sugere algum grau de participação nos meios patrióticos e intelectuais da sua geração. Este organismo, de matriz patriótica e evocativa da restauração da independência nacional, congregava personalidades de diversos estratos sociais, empenhadas na preservação da memória histórica e dos valores nacionais.

Memória e Registo

A morte de Joaquim António Gonçalves Teixeira foi registada em 1863, nos arquivos paroquiais da Igreja Católica, documentos essenciais para o conhecimento da demografia lisboeta oitocentista, sobretudo num período anterior à consolidação dos registos civis. O seu óbito encontra-se documentado no registo da freguesia de Santa Maria Maior, uma das mais antigas da cidade de Lisboa, cujo centro histórico constituía então um espaço de intensa atividade religiosa, administrativa e residencial⁴.

O limitado número de fontes disponíveis sobre a sua vida não impede que o seu nome seja resgatado como testemunho das muitas figuras que, mesmo discretamente, contribuíram para o fortalecimento da consciência histórica e do ideário patriótico em Portugal.

Notas

1. "Portugal, Lisboa, Registos da Igreja Católica, 1334–1998", FamilySearch, entrada referente a Joaquim António Gonçalves Teixeira. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6B2L-GJ8C> (consultado a 14 de abril de 2025).
2. Ibid.
3. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *História da Família em Portugal*, Porto: Afrontamento, 1996.
4. Ana Maria Rodrigues, *Lisboa Medieval e Moderna: Topografia e Vida Urbana*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp. 189–202.



CADEIRA N.º 22 – Joaquim José Pereira Guimarães

Dados Biográficos e Formação

Joaquim José Pereira Guimarães nasceu no Porto, presumivelmente por volta de 1805, no seio de uma família da burguesia urbana, filho de Manuel Pereira Guimarães e de D. Margarida Claudina Máxima de Magalhães¹. Iniciou os seus estudos superiores na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de bacharel em Direito, formação que o habilitou a uma carreira jurídica e administrativa de prestígio no aparelho do Estado português do século XIX².

Casou em Lisboa, na Ermida de São Crispim, a 19 de maio de 1827, com D. Florinda Rosa do Carmo de Araújo, nascida cerca de 1810³. O casal viria a ter seis filhos: Joaquim Pereira Guimarães; Florinda Amélia Pereira Guimarães (casada com Joaquim Pinheiro); Henriqueta Pereira Guimarães (1838–1909); Maria Amália Rosalina Pereira Guimarães (n. 25 de julho de 1841, casada com Adolfo de Lima Mayer); António Roberto Pereira Guimarães; e Ermelinda Pereira Guimarães⁴.

Faleceu em Lisboa a 22 de setembro de 1878, deixando descendência numerosa e uma reputação consolidada como jurista e homem de Estado⁵.

Carreira Jurídica e Cargos Públicos

Dotado de sólida formação académica e reconhecida capacidade oratória e jurídica, Joaquim José Pereira Guimarães destacou-se como uma das figuras eminentes da magistratura e do foro administrativo português oitocentista. Exerceu o alto cargo de **Procurador-Geral da Coroa**, função que lhe conferia responsabilidades de relevo na supervisão da legalidade dos atos do Governo e da Administração Pública, no quadro do sistema constitucional monárquico então vigente⁶.

Pela sua ação em defesa dos interesses do Estado e pela integridade com que serviu a causa pública, foi agraciado com o título de **Comendador da Ordem de Cristo**, uma das mais altas distinções honoríficas concedidas pela Coroa Portuguesa, e nomeado **Conselheiro de Estado Honorário**, sinal inequívoco do prestígio que granjeou junto das autoridades monárquicas⁷.

A sua trajetória profissional foi marcada por um profundo sentido de serviço e pelo empenho na construção de uma administração moderna, racional e conforme aos princípios liberais, num período ainda marcado pelas tensões entre as velhas estruturas do absolutismo e as novas exigências do constitucionalismo.

Legado e Memória

Joaquim José Pereira Guimarães figura entre os membros da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, sinal do seu comprometimento com a valorização da memória histórica nacional e da restauração da soberania portuguesa. Tal pertença ilustra a interseção entre o seu papel jurídico-político e a sua dimensão cívica e patriótica, características que nortearam a sua vida pública.

A sua memória permanece evocada não só pelo serviço que prestou ao Estado e pela descendência que perpetuou o nome da família, mas também pela inscrição na galeria dos membros de uma instituição que tinha por missão cultivar a consciência patriótica, a história e os valores fundacionais da nação portuguesa.

Notas

1. Informações genealógicas constantes da base FamilySearch. Cf. "Portugal, Catholic Church Records, 1533–1911", FamilySearch, entrada para Joaquim José Pereira Guimarães e Margarida Claudina Máxima de Magalhães.
2. A formação jurídica em Coimbra era, à época, prerrogativa dos quadros superiores da magistratura e da administração. Cf. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, Lisboa: Almedina, 1994.
3. Registo de casamento: "Portugal, Lisbon, Registos da Igreja Católica", FamilySearch, Ermida de São Crispim, 1827.
4. Informações coligidas a partir de genealogias familiares e arquivos civis da época.
5. Cf. assento de óbito e referências na imprensa necrológica de 1878.
6. Sobre a função de Procurador-Geral da Coroa no século XIX, ver Rui Ramos, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
7. Cf. Registo Geral de Mercês (Ordem de Cristo) e documentação do Conselho de Estado no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

(sem imagem)

CADEIRA N.º 23 – José César Guirian

Percurso biográfico e formação

José César Guirian, cuja data e local de nascimento permanecem, até ao momento, desconhecidos, figura entre os membros da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, associação que viria a dar origem à actual Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Embora faltem elementos biográficos substanciais que permitam a reconstituição integral da sua trajetória pessoal e académica, presume-se, a partir da natureza dos cargos que desempenhou, que tenha recebido uma formação sólida no domínio técnico ou administrativo, à semelhança de outros funcionários do aparelho estatal oitocentista.

Actuação profissional e contributo institucional

A carreira de José César Guirian encontra-se documentada no âmbito do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sendo mencionado nos arquivos históricos da referida instituição¹. A sua inclusão na Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 testemunha não só o seu envolvimento cívico, mas também a adesão a um ideário patriótico e liberal que marcou a atuação de diversas figuras públicas do século XIX. A participação de Guirian nesta comissão deve ser entendida no contexto de afirmação de uma memória nacionalista e de promoção dos valores da Restauração, numa época em que a construção da identidade histórica portuguesa passava também pelo associativismo político e cultural.

Memória e legado

Apesar da escassez de informação disponível sobre a sua vida e obra, o nome de José César Guirian perdura no registo institucional da Comissão Central, refletindo a importância simbólica dos seus membros na consolidação de um ethos patriótico pós-liberal. A ausência de mais dados não deve ser interpretada como um sinal de irrelevância, mas antes como um apelo à continuação da investigação histórica e arquivística, que permita resgatar da obscuridade as biografias de cidadãos cuja ação, embora discreta, contribuiu para o edifício da cidadania oitocentista.

NOTAS

¹ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria: PT/AHMOP/PI/074/045.



CADEIRA N.º 24 – José Estêvão Coelho de Magalhães

Percorso biográfico e formação

José Estêvão Coelho de Magalhães, mais amplamente conhecido como José Estêvão, nasceu em Aveiro a 26 de dezembro de 1809. Filho de uma geração marcada pelas turbulências das Guerras Liberais, José Estêvão foi uma figura de grande relevância no cenário político e intelectual do Portugal oitocentista. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, formou-se numa época de grande efervescência política e ideológica, moldando-se, portanto, às circunstâncias de uma sociedade em profundo processo de transformação. Durante os primeiros anos de sua vida adulta, destacou-se na participação nas Guerras Liberais, evento crucial que definiria não só o destino político de Portugal, mas também a própria carreira de Estêvão.

Actuação política, jornalística e oratória parlamentar

José Estêvão foi, acima de tudo, um homem de ação política e oratória vibrante. Atuou como uma das principais figuras da oposição de esquerda na Câmara dos Deputados, de 1836 a 1862. Durante este período, tornou-se uma voz crítica do regime vigente, sendo amplamente reconhecido pelo seu caráter impetuoso e pela sua oratória incisiva. De facto, as suas intervenções na Assembleia eram, frequentemente, pautadas por um radicalismo que reflectia as tensões políticas do momento, bem como os ideais de liberdade, justiça e reforma que ele defendia de maneira intransigente.

Sua atuação jornalística também foi de grande relevância: em 1841, fundou o jornal *Revolução de Setembro*, que rapidamente se tornou um dos mais influentes periódicos da imprensa liberal em Portugal. Este órgão de imprensa teve um papel fundamental na mobilização das massas e na disseminação das ideias liberais e republicanas, consolidando José Estêvão como um dos grandes defensores da liberdade de expressão e da oposição ao absolutismo. Além disso, sua postura corajosa e franca frequentemente o colocou em risco, levando-o a buscar refúgio no exterior por várias vezes, incluindo passagens pela Inglaterra e pela ilha Terceira, devido à perseguição política e à sua constante oposição ao governo.

Estêvão esteve também presente em momentos decisivos da política portuguesa, como a Revolução de 1820 e a Revolução de Setembro, momentos de grande significância para os ideais liberais que ele abraçava. Durante a **Patuleia**, movimento armado ocorrido no Alentejo, foi um dos principais envolvidos, apoiando o exército rebelde e participando ativamente na resistência contra o regime que via como opressor e contrário às liberdades fundamentais.

Memória e legado

José Estêvão Coelho de Magalhães faleceu a 4 de novembro de 1862 em Lisboa, após uma vida marcada pela luta constante em defesa dos ideais liberais e republicanos. A sua morte não pôs fim ao legado de suas ideias, que continuaram a influenciar as gerações seguintes de intelectuais e políticos. O seu nome ficou imortalizado como um dos grandes oradores do Parlamento e como um jornalista que nunca temeu desafiar o poder, lutando incessantemente pela verdade e pela justiça social. Sua actuação, por vezes radical e frequentemente em confronto com as forças do poder, representa o espírito de um tempo de profundas mudanças e de luta pela liberdade.

Hoje, José Estêvão é lembrado não só por suas contribuições políticas, mas também pelo seu papel fundamental na evolução da imprensa livre em Portugal, assim como pela sua coragem em enfrentar as adversidades políticas de sua época. Sua memória permanece como símbolo da luta pela liberdade e pelos direitos civis, pilares sobre os quais muitos dos avanços democráticos de Portugal se ergueriam nas décadas subsequentes.

Notas de rodapé:

1. *Revolução de Setembro*: Este foi um movimento de 1836, caracterizado por um levante militar que visava implementar reformas liberais no governo português. Foi também o nome do jornal fundado por José Estêvão, que atuou como um dos principais porta-vozes desse movimento.
2. *Patuleia*: Conflito armado ocorrido entre 1846 e 1847 no sul de Portugal, resultante de tensões entre facções liberais e conservadoras. José Estêvão participou ativamente do lado rebelde, engajado na luta contra os abusos do regime liberal moderado da época.

Se precisar de mais alguma informação ou ajustes, estou à disposição!

(sem imagem)

CADEIRA N.º 25 – José Joaquim Alves Chaves

Formação e Início da Carreira

José Joaquim Alves Chaves foi uma personalidade de grande destaque no cenário financeiro e administrativo português da segunda metade do século XIX. De origem humilde, a sua formação e desenvolvimento profissional são desconhecidos em muitos aspectos, mas sabe-se que foi um dos grandes impulsores de importantes reformas no sistema financeiro e de segurança social em Portugal. A sua trajetória teve como eixo central a busca por soluções inovadoras e acessíveis à população mais carente, com uma forte orientação para o fomento do crédito e da proteção social para os servidores públicos.

Inovação no Sector Financeiro e Social

Alves Chaves foi um dos principais articuladores de reformas financeiras que tiveram um impacto duradouro em Portugal. Em 1882, ele propôs a criação da *Caixa de Crédito Móvel Popular*, uma instituição com o objetivo de fornecer os recursos financeiros necessários para complementar a ação da *Caixa Económica Portuguesa*, fundada em 1880. A proposta de Alves Chaves visava democratizar o acesso ao crédito, especialmente para as classes sociais menos favorecidas,

promovendo a inclusão financeira e estimulando o desenvolvimento económico local. A *Caixa de Crédito Móvel Popular* viria a ser uma das instituições precursoras do sistema de crédito popular em Portugal.

Além dessa iniciativa, em 1885, sob a sua administração, foi criada a **Caixa Nacional de Aposentações**, uma das primeiras instituições a garantir a aposentadoria dos funcionários públicos civis no território português. Através dessa criação, José Joaquim Alves Chaves conseguiu implementar um sistema de pensões para todos os funcionários civis do Continente e das Ilhas Adjacentes que tivessem direito à aposentação, um avanço significativo nas políticas de bem-estar social da época. Esta instituição seria mais tarde administrada pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), que se tornaria a principal entidade responsável pela gestão das pensões dos servidores públicos.

Quase no fim de seu mandato, Alves Chaves fundou o **Monte de Piedade Nacional** em 1892, uma instituição financeira voltada para a concessão de empréstimos com penhor de bens. O **Monte de Piedade** foi uma das primeiras instituições a oferecer crédito com garantias reais para as classes populares, permitindo que os mais necessitados tivessem acesso a empréstimos para situações emergenciais, com condições mais flexíveis do que aquelas oferecidas pelos bancos tradicionais da época.

Legado e Impacto

José Joaquim Alves Chaves faleceu após deixar um legado significativo para o sistema financeiro e de segurança social em Portugal. Suas reformas contribuíram para a modernização do sistema de previdência social e o fortalecimento das instituições financeiras de crédito popular. O impacto de suas iniciativas ainda pode ser sentido nas instituições modernas que herdaram suas funções e propósitos. A sua visão de um sistema financeiro inclusivo e de proteção social perdurou como um modelo a ser seguido ao longo do tempo, com os sistemas de pensões e crédito popular ainda a ser pilares fundamentais da economia portuguesa.

Notas :

1. *Caixa Económica Portuguesa* (1880): Instituição financeira criada com o objetivo de fomentar a poupança popular e promover o crédito à classe trabalhadora. Foi precursora das modernas instituições bancárias focadas na economia popular em Portugal.
2. *Caixa Nacional de Aposentações*: Instituição fundada em 1885 com o objetivo de garantir pensões para os funcionários públicos civis. Tornou-se um marco na criação de sistemas de segurança social em Portugal.
3. *Monte de Piedade Nacional* (1892): Instituição criada por José Joaquim Alves Chaves com o intuito de oferecer empréstimos a pessoas com bens para penhorar, proporcionando uma forma de crédito acessível para as classes mais baixas.

CADEIRA N.º 26 – José Maria Chaves

Introdução e Formação

José Maria Chaves, nascido em 1816, foi uma figura relevante no contexto social e político português do século XIX, destacando-se especialmente pelo envolvimento em questões cívicas e administrativas. O pouco que se sabe sobre os seus primeiros anos de vida sugere que teve uma formação condizente com as funções que viria a desempenhar, embora os detalhes sobre a sua educação formal sejam escassos. No entanto, a sua carreira indica um homem profundamente comprometido com o desenvolvimento de políticas públicas e com o bem-estar social.

Carreira e Contribuições

Ao longo da sua vida, José Maria Chaves esteve envolvido em diversas atividades que contribuíram para a administração pública e para a evolução das instituições do seu tempo. Embora as fontes disponíveis não forneçam uma descrição detalhada de suas ações específicas, é possível inferir que desempenhou papéis significativos em funções administrativas ou cívicas dentro do contexto político português do século XIX.

É possível que José Maria Chaves tenha participado activamente em algumas das reformas políticas e sociais que caracterizaram o período pós-Guerra Civil, quando o país tentava reconstruir suas estruturas governamentais e sociais após a Revolução Liberal. O seu nome aparece em registos que indicam uma associação a causas importantes, embora o seu envolvimento directo em eventos históricos ou organizações específicas não seja amplamente documentado.

Legado e Morte

José Maria Chaves faleceu em 9 de setembro de 1890, na freguesia de Santo Estêvão, em Lisboa. A sua morte, embora não tenha sido amplamente noticiada, marcou o fim de uma vida dedicada ao serviço público e à implementação de políticas voltadas ao bem coletivo. Os detalhes sobre seu legado são limitados, mas a inclusão na Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 e a associação a importantes eventos sociais e políticos indicam que deixou uma marca no contexto da história portuguesa.

Notas

1. *Registos da Igreja Católica, 1334-1998*: Fonte de dados genealógicos que, entre outras informações, documenta os eventos de nascimento, casamento e falecimento de indivíduos, servindo como um importante recurso histórico para traçar a vida de figuras públicas como José Maria Chaves.
2. "Portugal, Lisbon, Registos da Igreja Católica, 1334-1998", *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6B2Q-72J6> : Fri Jan 03 22:01:07 UTC 2025), Entry for José Maria Chaves and Rosa Maria Chaves, 9 de setembro de 1890.

(sem imagem)

CADEIRA N.º 27 – José Maria Frazão

Introdução e Formação

José Maria Frazão nasceu em 1838, em Lisboa, Portugal, e, ao longo de sua vida, destacou-se por sua atuação nas esferas administrativa e pública. Pouco se sabe sobre os detalhes de sua educação inicial, mas a sua trajetória revela um indivíduo profundamente inserido nos contextos sociais e políticos da época. O seu envolvimento com questões cívicas e administrativas no século XIX foi significativo, embora as fontes documentais disponíveis sejam escassas em informações detalhadas sobre suas ações e posição nas estruturas de poder.

Carreira e Contribuições

José Maria Frazão, durante o período de sua vida ativa, desempenhou papéis que contribuíram para o desenvolvimento e implementação de políticas no contexto pós-liberal de Portugal. A sua obra não se restringiu apenas às funções políticas, mas também se envolveu com questões de administração pública, possivelmente nas áreas de gestão e supervisão de instituições governamentais, em especial no contexto das reformas ocorridas após o fim das Guerras Liberais. No entanto, a ausência de documentação mais detalhada sobre as suas funções limita a análise completa da sua atuação política e administrativa.

De acordo com os registos, José Maria Frazão fez parte da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, associando-se ao movimento patriótico que se seguiu ao processo de afirmação da independência nacional. A sua presença nesse organismo pode indicar uma posição de compromisso com os ideais liberais e patrióticos da época.

Falecimento e Legado

José Maria Frazão faleceu no dia 1 de janeiro de 1897, aos 59 anos, em Santa Maria Maior, Lisboa. O seu falecimento ocorreu em uma fase de transformação social e política significativa em Portugal, com o país a atravessar novas mudanças no pós-monárquico. A morte de Frazão, como a de muitos outros da sua geração, representou o fim de uma era, deixando um legado que, embora menos documentado, provavelmente refletiu o empenho e a dedicação ao serviço público e à causa da independência nacional.

Notas de rodapé:

1. *Registos da Igreja Católica, 1334-1998*: O registo de nascimento e falecimento de José Maria Frazão pode ser encontrado nesta fonte, que documenta eventos importantes na vida de indivíduos da época.



CADEIRA N.º 28 – José Maria da Silva e Albuquerque

Introdução e Formação

José Maria da Silva e Albuquerque nasceu em Lisboa, no dia 24 de dezembro de 1829. Conhecido por sua significativa contribuição nas áreas do jornalismo, tipografia e associativismo, ele foi um dos mais destacados profissionais da imprensa e das artes gráficas do século XIX em Portugal. Desde o início de sua carreira, demonstrou um compromisso com as causas sociais, particularmente aquelas relacionadas à educação e ao bem-estar dos operários.

Embora as fontes disponíveis não forneçam detalhes extensivos sobre sua formação acadêmica, a sua atuação como tipógrafo, revisor e jornalista sugere um vasto conhecimento autodidata, adquirido ao longo de sua trajetória profissional.

Contribuições Profissionais e Associativas

A atuação de José Maria da Silva e Albuquerque na área das artes gráficas e no jornalismo é notável, especialmente em sua contribuição ao movimento associativo. Em 1852, foi um dos fundadores da Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas, uma organização que buscava melhorar as condições de trabalho dos tipógrafos e promover o associativismo entre os profissionais do sector. Quatro anos mais tarde, em 1857, fundou o Grémio Popular de Lisboa, uma instituição voltada para a promoção da instrução primária, tanto para crianças como para adultos oriundos de meios operários. Esta iniciativa demonstrou seu empenho em proporcionar educação e, por conseguinte, melhores condições de vida para os trabalhadores.

Além disso, Silva e Albuquerque teve um papel activo na fundação de outras entidades importantes, como a Fraternal Lisbonense, a Associação de Auxílios Mútuos e a Caixa Económica da Tipografia Universal, que visavam o apoio mútuo entre os trabalhadores, bem como a criação de uma rede de assistência social. Seu trabalho na criação e desenvolvimento dessas instituições refletia uma abordagem progressista e solidária, especialmente no contexto da classe operária da época.

A sua carreira no jornalismo foi igualmente marcante. José Maria foi revisor do *Diário de Notícias*, um dos jornais de maior prestígio de Lisboa, e contribuiu com seu trabalho em publicações como o *Português*, o *Jornal do Centro Popular dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, o *Operário*, o *Mocidade* e o *Diário do Comércio*. A sua escrita e revisão

jornalística tinham um carácter social e informativo, voltado para o aprimoramento das condições dos trabalhadores e para a defesa de suas causas.

Legado e Falecimento

José Maria da Silva e Albuquerque faleceu a 15 de abril de 1879, em Lisboa, aos 49 anos de idade. A sua morte marcou o fim de uma carreira notável, mas o legado no campo das artes gráficas e do jornalismo permaneceu. A contribuição para o movimento operário, através das instituições que fundou e das causas que defendeu, continua a ser lembrada, especialmente no contexto da evolução do associativismo e da educação popular em Portugal.

O sepultamento ocorreu no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, onde descansam os restos mortais de uma das figuras mais influentes do associativismo operário e da imprensa portuguesa do século XIX. Silva e Albuquerque não só desempenhou um papel fundamental na promoção da instrução, como também ajudou a melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dos profissionais das artes gráficas.

Notas

1. A informação sobre o nascimento, falecimento e sepultamento de José Maria da Silva e Albuquerque pode ser verificada nos registos da Igreja Católica e nos arquivos da cidade de Lisboa.

(sem imagem)

CADEIRA N.º 29 – José Maurício Veloso

Introdução e Formação

José Maurício Veloso nasceu na Lourinhã, em 1823, e faleceu em Lisboa, a 16 de agosto de 1869. Filho de uma época de transformações no sector tipográfico e na impressão, Veloso destacou-se como compositor manual e, mais tarde, como director das oficinas de composição e impressão da Imprensa Nacional. A sua carreira na tipografia e no jornalismo técnico refletem não apenas uma adaptação aos avanços tecnológicos da sua época, mas também um forte compromisso com a inovação e a modernização dos processos gráficos em Portugal.

Iniciou a carreira na Imprensa Nacional como aprendiz de composição a 8 de abril de 1839, aos 16 anos, marcando o início de um percurso profissional dedicado à evolução das

práticas tipográficas. Apenas quatro anos depois, em 1843, ascendeu ao cargo de oficial, consolidando-se como um dos principais responsáveis pela qualidade e pelo desenvolvimento do trabalho gráfico em Portugal.

Contribuições Profissionais e Inovações

A carreira de José Maurício Veloso esteve profundamente ligada à modernização da Imprensa Nacional. Em 1857, foi enviado a Paris para um estágio na Imprensa Imperial, juntamente com Francisco de Paula Nogueira, com o objetivo de estudar e incorporar as inovações tipográficas do cenário internacional. A aprendizagem e a experiência adquirida em Paris permitiram-lhe trazer para Lisboa não apenas novos processos e tecnologias, mas também uma visão mais ampla do potencial da tipografia como ferramenta de disseminação cultural e científica.

Ao retornar a Portugal, Veloso assumiu a direção das oficinas de composição e impressão da Imprensa Nacional, onde supervisionou a remodelação das instalações e a introdução de novos equipamentos, tais como o mobiliário especializado e os processos tipográficos modernos. Foi responsável pela implementação de utensílios inovadores, como as ponturas graduadas, que eram essenciais para a precisão no trabalho de composição tipográfica.

Além disso, foi membro ativo da Associação Tipográfica Lisbonense, o que refletiu o seu compromisso com o associativismo entre profissionais das artes gráficas, contribuindo para o fortalecimento da categoria e a melhoria das condições de trabalho dos tipógrafos portugueses.

Legado e Participação Jornalística

José Maurício Veloso não se limitou a trabalhar no campo da tipografia e da impressão, mas também se engajou com os debates sociais e políticos da sua época. Colaborou com o jornal *A Federação*, onde escreveu artigos sobre uma variedade de temas de relevância social, como a liberdade no comércio de cereais, a defesa do ensino gratuito e obrigatório, e a implementação de seguros de vida para operários. Essas contribuições refletem seu pensamento progressista e sua preocupação com o bem-estar social, particularmente em relação aos trabalhadores e à educação.

O seu trabalho não apenas na imprensa, mas também como educador e divulgador das inovações tipográficas, deixaram marca profunda na indústria da impressão em Portugal, estabelecendo um testemunho de aprimoramento técnico e de envolvimento com as questões sociais.

Morte e Legado

José Maurício Veloso faleceu em 16 de agosto de 1869, aos 46 anos, deixando um legado importante nas áreas da tipografia e do jornalismo gráfico. Sua contribuição para a modernização das práticas de composição tipográfica e a criação de um ambiente de trabalho mais profissional e inovador na Imprensa Nacional foi crucial para a evolução da indústria gráfica em Portugal.

A sua influência pode ser sentida até os dias atuais, não apenas na memória da Imprensa Nacional, mas também na maneira como a tipografia se desenvolveu no contexto

português. Veloso foi um pioneiro em muitos aspectos, sendo reconhecido, ainda em vida, pela qualidade de seu trabalho e pela dedicação ao progresso técnico e social.

Notas

1. A informação sobre a carreira e contribuições de José Maurício Veloso pode ser consultada na história da *Imprensa Nacional*, disponível em [Imprensa Nacional](#).
2. A sua morte e dados de falecimento são confirmados pelos registos da Igreja Católica, conforme a base de dados do *FamilySearch*.

CADEIRA N.º 30 – José do Nascimento Gonçalves Correia

Formação e Actuação Política Inicial

José do Nascimento Gonçalves Correia foi uma figura de relevância no cenário político português do século XIX, com uma trajetória marcada pela sua participação ativa na vida pública de Lisboa e no desenvolvimento da política nacional. O seu envolvimento com a administração local e a política nacional iniciou-se na Câmara Municipal de Lisboa, onde serviu como Vereador em dois biénios consecutivos, de 1856 a 1857 e de 1858 a 1859. Durante esse período, Correia teve a oportunidade de influenciar diretamente as políticas municipais da capital portuguesa, em uma época de grandes mudanças e desafios políticos no país.

Em termos legislativos, Correia foi eleito Deputado pelo Círculo Eleitoral N.º 111, de Lisboa, para as legislaturas de 1861-1864 e 1865. O seu juramento como Deputado foi prestado em duas ocasiões, a primeira em 10 de Junho de 1861 e a segunda em 13 de Janeiro de 1865. Contudo, apesar de sua eleição, não há registo de qualquer intervenção sua nas sessões plenárias do "Diário da Câmara dos Deputados", o que sugere uma presença mais discreta no cenário político da época.

Participação na Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640

Além de sua atuação na Câmara Municipal e na Câmara dos Deputados, José do Nascimento Gonçalves Correia teve um papel significativo na preservação da memória histórica da Independência de Portugal. Ele foi um dos membros da Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, órgão de grande importância na história política portuguesa. A comissão, instalada no Palácio da Independência em 28 de Julho de 1861, foi criada com o objetivo de promover e salvaguardar o legado da Revolução de 1640, que resultou na restauração da independência de Portugal face ao domínio espanhol.

A Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640 foi uma das precursoras da atual Sociedade Histórica da Independência de Portugal, sendo um marco na valorização da história nacional e no fortalecimento do orgulho patriótico em torno dos feitos da

Restauração. A participação de Correia nesta comissão sublinha seu compromisso com a preservação da memória histórica e com a promoção da identidade nacional.

Legado e Considerações Finais

Apesar de sua participação política ser marcada por uma atuação discreta, José do Nascimento Gonçalves Correia contribuiu significativamente para a vida política e histórica de Portugal. A sua função como Vereador, Deputado e membro da Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640 o coloca como uma personalidade de destaque em um período conturbado da história política portuguesa.

Embora a sua presença nas deliberações parlamentares não tenha sido amplamente registada, a ligação com a Comissão Central revela envolvimento em causas de grande relevância para a história de Portugal. O legado de Correia é um reflexo da dedicação à preservação da memória histórica e à formação política do país.

Notas:

- Mónica, Maria Filomena (coordenadora). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2006. Vol. I, p. 830.
- Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.



CADEIRA N.º 31 – José da Silva Mendes Leal Júnior

Formação e Primeiras Contribuições Literárias

José da Silva Mendes Leal Júnior, nascido em Lisboa em 18 de outubro de 1818, destacou-se desde cedo nas áreas da literatura, política e jornalismo. A sua formação intelectual foi influenciada por sua interação com a elite cultural da época, especialmente através da presença na Biblioteca Nacional. Foi nesse ambiente que, em 1838, entrou para a

Maçonaria, mais precisamente na loja Restauração, com o apoio de António Feliciano de Castilho, figura central do movimento intelectual português do século XIX. Esse contato com a elite literária e intelectual da época abriu portas para sua ascensão nas áreas literária e política.

Mendes Leal iniciou sua carreira literária como dramaturgo, sendo um dos pioneiros do dramalhão histórico em Portugal. Sua primeira peça teatral, *Os Dois Renegados* (1839), foi a primeira a ser premiada pelo recém-criado Conservatório Nacional, fundado por Almeida Garrett. O sucesso desta obra abriu caminho para outras peças notáveis, como *O Homem da Máscara Negra* (1843), *A Pobre das Ruínas* (1846), *D. Maria de Alencastre* (1846) e *O Pajem de Aljubarrota* (1846), entre outras. A sua produção teatral, centrada em temas históricos, reflete uma forte ligação com a identidade nacional e a história de Portugal.

Além de dramaturgo, Mendes Leal destacou-se também como poeta, sendo um dos expoentes do movimento ultra-romântico em Portugal. Em 1858, publicou o volume *Cânticos*, reunindo várias de suas composições poéticas que capturam as influências do romantismo europeu, ao mesmo tempo em que ressoam com a busca pela identidade nacional portuguesa. Sua vasta colaboração com periódicos como *O Panorama*, *Revista Universal Lisbonense* e *Cosmorama Literário* também ampliou sua influência, com publicações que englobavam romances em folhetim, críticas literárias e reflexões teóricas.

Atuação Política e Diplomática

A carreira política de José da Silva Mendes Leal foi igualmente notável. Iniciou a sua trajetória como cabralista, mas com o tempo passou a alinhar-se com José Bernardo da Silva, tornando-se membro do grupo dos históricos, um dos principais grupos políticos da época. Sua participação ativa na Patuleia, um conflito político e militar que opôs os liberais históricos aos mais radicais, destacou-o como uma figura importante na política portuguesa do século XIX.

Mendes Leal foi eleito Deputado em várias legislaturas, representando Lisboa e outras regiões, e desempenhou um papel central nas discussões políticas da época. Seu destaque como orador e líder político culminou com sua eleição para a presidência da Câmara dos Deputados em 1869, cargo que ocupou com grande distinção. De 1871 até sua morte, em 1886, foi também Par do Reino, sendo uma figura chave no sistema político português durante esse período.

Além de sua atividade legislativa, Mendes Leal teve uma relevante carreira diplomática. Ocupou o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar em 1862, e posteriormente, Ministro dos Estrangeiros em 1870. Durante sua carreira diplomática, Mendes Leal serviu em importantes missões no exterior, destacando-se nas embaixadas de Madrid e Paris, onde trabalhou em questões de política externa e na representação de Portugal em um contexto internacional em constante mudança.

Legado e Considerações Finais

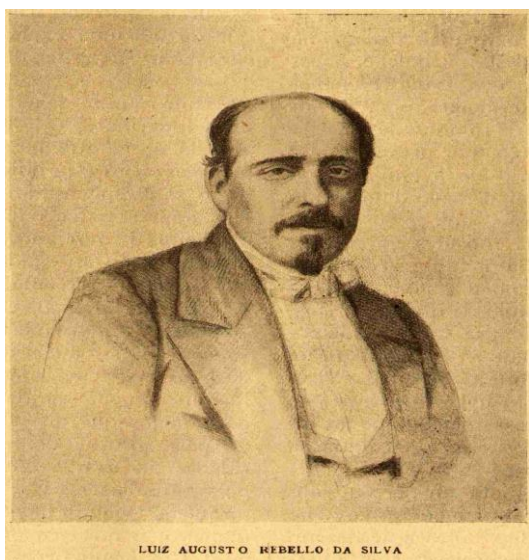
José da Silva Mendes Leal Júnior faleceu em 22 de agosto de 1886, em Sintra, deixando um legado de grande importância nas áreas da literatura, política e diplomacia em Portugal. A sua atuação como dramaturgo e poeta contribuiu significativamente para o

panorama cultural português do século XIX, e sua trajetória política e diplomática teve um impacto duradouro nas instituições do Estado. A sua obra, tanto literária quanto política, reflete um compromisso com a modernização de Portugal, o fortalecimento da identidade nacional e a representação do país no cenário internacional.

O seu legado continua a ser reconhecido pela sua contribuição para a literatura e para a história política de Portugal, sendo uma figura chave no desenvolvimento da cultura nacional e nas transformações políticas do país durante o século XIX.

Referências:

- *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Mónica, Maria Filomena (coordenadora), Assembleia da República, 2006.
- *José da Silva Mendes Leal e a cultura portuguesa do século XIX*, Revista de História e Cultura Portuguesa, 1999.



CADEIRA N.º 32 – Luís Augusto Rebelo da Silva

Luís Augusto Rebelo da Silva distinguiu-se como um dos mais relevantes intelectuais portugueses da segunda metade do século XIX, combinando na sua obra o espírito romântico com o rigor da investigação histórica.

Nascido em Lisboa, na freguesia das Mercês, a 2 de abril de 1822, era oriundo de um meio social culto e politicamente atento, contexto que lhe proporcionou uma educação sólida e eclética. Desde jovem revelou vocação literária e uma profunda sensibilidade histórica, estreando-se na imprensa aos 18 anos com artigos no *Panorama*, publicação da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

A sua trajetória intelectual consolidou-se no meio académico e literário lisboeta, vindo a ser nomeado professor de História no **Curso Superior de Letras**, instituição pioneira na renovação pedagógica e científica da historiografia portuguesa, onde lecionou com notável erudição¹.

A par da docência, Rebelo da Silva envolveu-se ativamente na vida cívica e cultural do país. Foi sócio da **Academia Real das Ciências de Lisboa** (desde 1854)², membro do **Conservatório Nacional**, do **Instituto de Coimbra** e de diversas instituições brasileiras, incluindo a **Instituição Histórica e Geográfica do Brasil**, com quem mantinha correspondência. Em 1858 foi nomeado vogal do **Conselho Superior de Instrução Pública**, órgão consultivo fundamental nas reformas educativas da Regeneração, cuja influência se prolongou até à década de 1880.

Dotado de uma vasta cultura literária e historiográfica, foi autor de uma significativa produção romanesca de matriz histórica, que o coloca ao lado de **Alexandre Herculano** como um dos introdutores do **Romantismo histórico** em Portugal³. As suas obras conjugam dramatização narrativa com reconstrução do passado, sendo exemplo disso os romances *A Mocidade de D. João V* (1852), *A Casa de Bragança* (1853), *A Rainha D. Isabel* (1857), *Amores de Camilo* (1859), entre outros, onde se articulam personagens reais e imaginárias num quadro histórico literariamente recriado.

Essa vertente literária não se afastava da preocupação científica. As suas investigações históricas foram marcadas por espírito crítico e atenção documental, o que, aliado a um estilo de grande elevação, contribuiu para a valorização do património histórico nacional. Foi orador parlamentar eloquente e publicista de mérito, colaborando com regularidade em jornais e revistas da época como *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, *Arquivo Pittoresco*, *Revista Universal Lisbonense* e *Jornal do Comércio*.

Faleceu subitamente em Lisboa, a 19 de setembro de 1871, na sua residência, n.ºs 61 a 63 da Rua da Escola Politécnica, freguesia de São Mamede, pelas 9 horas da manhã⁴. Contava apenas 49 anos. O seu funeral foi largamente participado, como assinalaram os periódicos lisboetas do tempo, tendo sido sepultado no jazigo n.º 675 do **Cemitério dos Prazeres**.

A dimensão e importância da sua obra foram reconhecidas postumamente com a publicação das suas **Obras Completas**, em 41 volumes, editadas pela Empresa da História de Portugal, em 1909⁵. Essa colectânea reflecte a extensão do seu labor como historiador, ficcionista, cronista e ensaísta.

Figura cimeira do movimento romântico português, Rebelo da Silva representa uma geração de intelectuais comprometidos com a valorização da memória nacional e com a dignificação cultural do país, ligando a literatura à história, o civismo à erudição.

Notas

1. Cf. *Arquivo Histórico da Universidade de Lisboa*, Livro de Professores do Curso Superior de Letras (1859–1871), cx. 12, doc. 45.
2. Cf. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.ª série, Lisboa, ACL, 1854, p. 291.
3. Sobre a relação de Rebelo da Silva com o Romantismo e a historiografia literária, ver: António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Porto Editora, 1979, pp. 729–735.
4. Registo de óbito, Arquivo Distrital de Lisboa, Freguesia de São Mamede, Livro de Óbitos de 1871, assento de 20 de setembro.

5. *Obras Completas de Luís Augusto Rebelo da Silva*, 41 vols., Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1909.
-

Bibliografia complementar

- Saraiva, António José & Lopes, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Porto Editora, várias edições.
- Castilho, António Feliciano de. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Lisboa, 1859–1865.
- Maia, Maria Leonor. *Rebelo da Silva – O Historiador e o Ficcionista*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964.
- Silva, Luís Augusto Rebelo da. *A Mocidade de D. João V*. Lisboa: Typographia da Academia, 1852.
- ——. *A Casa de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.
- ——. *A Rainha D. Isabel*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1857.



CADEIRA N.º 33 – Luiz de Castro Guimarães (1.º Conde)

Origens e Ascensão Social

Luiz de Castro Guimarães, fidalgo da Casa Real e negociante, nasceu num contexto familiar distinto, sendo filho de Vicente de Castro Guimarães, um negociante de grosso trato, e de D. Maria Nazareno da Cunha e Menezes, filha do 4.º Conde de Lumiares. O seu percurso iniciou-se, por isso, dentro de uma linhagem que unia o prestígio do comércio com a nobreza, refletindo-se nas suas atividades empresariais e sociais.

Em 1846, seu pai recebeu uma carta de brasão de armas concedida por D. Maria II, conferindo à família um reconhecimento oficial da sua ascendência. O matrimónio de Luiz de Castro Guimarães com D. Maria do Nazareno da Cunha e Menezes, em 1846,

aprofundou ainda mais a sua ligação à nobreza, consolidando sua posição social e facilitando a sua ascensão nos círculos de poder e influência em Portugal.

Carreira e Actividade Empresarial

Luiz de Castro Guimarães era conhecido por suas atividades empresariais, com destaque para a sua participação nas principais companhias comerciais e financeiras do período. Em 1830, foi membro do grupo que obteve o contrato do Tabaco com D. Miguel, um movimento que visava assegurar o controle do comércio de tabaco em Portugal durante o período de instabilidade política que antecedeu a ascensão deste ao trono. Também esteve envolvido em várias outras empresas significativas, como a Companhia Nacional Confiança, a Companhia União Comercial e a Companhia das Obras Públicas de Portugal. Essas atividades empresariais não só marcaram a sua posição como um dos principais negociantes da época, mas também demonstraram a sua habilidade em navegar nas complexas relações entre o governo e os interesses privados.

Além da sua carreira empresarial, Luiz de Castro Guimarães foi uma figura central no cenário político e económico de Portugal, tendo sido activo na obtenção de contratos e concessões que impulsionaram o desenvolvimento do país durante o século XIX. A sua participação nas mais importantes empresas de então garantiu-lhe uma posição de destaque no meio financeiro e comercial, além de consolidar a sua influência nas esferas do poder económico.

Título de Nobreza e Reconhecimento Real

O reconhecimento de Luiz de Castro Guimarães como 1.º Conde de Castro Guimarães foi concedido por D. Manuel II, rei de Portugal, em reconhecimento aos seus serviços à coroa e à sua contribuição para o fortalecimento da economia nacional. O título de nobreza foi um marco importante na sua vida e na história da sua família, coroando a sua ascensão social e política.

No seu casamento com D.^a Maria Nazareno da Cunha e Menezes, com quem teve um filho, Manuel de Castro Guimarães, Luiz de Castro Guimarães consolidou ainda mais a sua posição na nobreza portuguesa. Este filho foi batizado na Freguesia de Santa Justa, em 1858, e o próprio Luiz de Castro Guimarães, juntamente com outros membros da nobreza, exerceu um papel fundamental na educação e na formação de uma nova geração de aristocratas portugueses.

Considerações Finais

Luiz de Castro Guimarães, 1.º Conde de Castro Guimarães, foi uma figura proeminente no contexto económico e político de Portugal durante o século XIX. A sua contribuição para o desenvolvimento das principais companhias comerciais e financeiras do país, juntamente com o seu título de nobreza concedido por D. Manuel II, assegurou-lhe um legado duradouro na história de Portugal. A sua ascensão social, ligada ao comércio e à aristocracia, reflete as dinâmicas de poder e as transformações socioeconómicas que caracterizaram a época.

Deixou um legado ainda hoje reconhecido, tanto na história empresarial e política do país, quanto na memória das famílias que integraram as elites portuguesas durante o século XIX.

Referências:

- *Portaria de 25 de Fevereiro de 1854*, Arquivo da Câmara Municipal de Amadora, Biblioteca da Câmara Municipal de Amadora. Disponível em [Biblioteca Municipal da Amadora](#).
- *Livro de Registo de Batismos da Freguesia de Santa Justa*, Arquivo Diocesano de Lisboa.
- Arquivo Histórico do Governo de Portugal, PT/AHPGR/PGR/05/04/11/002, 1856.

s/imagem

CADEIRA N.º 34 – LUÍS FILIPE LEITE (1828–1898)

Luís Filipe Leite nasceu em Lisboa em 1828 e realizou os estudos secundários em Ponta Delgada, nos Açores, onde conheceu e privou com **António Feliciano de Castilho**, de quem se tornou discípulo e colaborador próximo¹. Castilho refere que, desde os 19 anos, Leite foi seu secretário e assistente, integrando as campanhas pedagógicas então desenvolvidas em São Miguel². Esta formação açoriana marcou decisivamente o início da sua carreira de professor e reformador do ensino.

Em 1845, Leite veio para Lisboa, onde participou na Revolta da Patuleia, alinhando com os sectores liberais da época. A sua carreira docente teve um marco importante em **1854**, quando foi nomeado **diretor da Escola Normal Primária de Lisboa**, instalada em Marvila³. Nesse cargo, introduziu reformas pedagógicas inovadoras, com impacto na formação de professores primários, e assumiu igualmente funções docentes no Liceu Central de Lisboa⁴.

Em **1870**, foi chamado a integrar a comissão organizada pelo ministro do Reino, **D. António da Costa**, para implementar as **primeiras bibliotecas populares** do país, concebidas como instrumento de apoio à instrução primária e à cultura das classes laboriosas⁵. Leite colaborou na definição do modelo organizativo dessas bibliotecas, insistindo na sua vocação cívica e pedagógica. Continuaria a participar noutras comissões escolares, nomeadamente na que foi presidida por Castilho em 1875, com o mesmo objectivo de inspecionar e reestruturar as bibliotecas públicas destinadas ao povo⁶.

Paralelamente à atividade pedagógica, Luís Filipe Leite foi também um activo **publicista** e colaborador em jornais e revistas. Destacou-se como cofundador e redator da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857–1858), publicada em Lisboa sob a direção de Castilho⁷. Através dessa revista e de outras colaborações, difundiu ideias sobre métodos de ensino, moralidade pública e difusão da leitura, sempre inspirado numa visão humanista e progressista da educação.

Entre as suas obras publicadas, merecem referência:

- *Ramalhetinho da Puerícia* (1854), antologia de leitura infantil;
- *Exercícios de Leitura Manuscrita para Uso das Escolas pelo Método Português* (1854), com aplicação prática do método sintético;
- *Do Ensino Nacional em Portugal* (1892), onde propõe reformas ao sistema escolar vigente⁸.

Luís Filipe Leite faleceu em Lisboa, em 1898, deixando como legado um conjunto de iniciativas decisivas no campo da educação primária, da leitura pública e da modernização do ensino em Portugal.

Notas de rodapé

1. César Augusto Castro; Carlota Boto, “As contribuições de Castilho para as letras e as artes em São Miguel (1847–1850)”, *Cadernos de Pesquisa*, v. 53, São Paulo, 2023, p. 1098–1102.
2. Ibidem.
3. Rogério Fernandes, “*Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil (1857–1858): revisitação de um projeto pedagógico luso-brasileiro no século XIX*”, *História da Educação*, n. 7, Pelotas, 2000, p. 53–57.
4. Maria de Fátima Pinto, *Bibliotecas Populares em Portugal: práticas e representações (1870–1930)*, Tese de doutoramento, Univ. Lisboa, 2017, p. 65–70.
5. Ibidem, p. 72.
6. Idem, p. 115.
7. Rogério Fernandes, op. cit., p. 55.
8. Luís Filipe Leite, *Do Ensino Nacional em Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892 (reed. Porto, 1988).

CADEIRA N.º 35 - Luiz Telles de Melo (de Almeida Malheiro)

Luiz Telles de Melo (de Almeida Malheiro) Luís Telles de Mello, nasceu a 8 de Outubro de 1824, filho de Francisco Xavier Telles de Mello (1782-1....) e de D.^a Maria Ana Guilhermina Pacheco Leite Malheiro, cujo casamento de seus pais ocorreu em 27 de Novembro de 1813 , Freguesia de Pena, Lisboa

CADEIRA N.º 36 – Luís de Vasconcelos de Azevedo e Silva

Origens e Contexto Genealógico

Luís de Vasconcelos de Azevedo e Silva nasceu em Lisboa, na freguesia da Pena, a 23 de setembro de 1817, e faleceu na mesma cidade a 11 de fevereiro de 1863. A sua origem familiar permanece envolta em alguma obscuridade. A certidão de óbito indica como pai um certo Luís Mendes de Vasconcelos de Azevedo e Silva, natural de Elvas, mas omite o nome da mãe, apontando desde logo uma lacuna importante na reconstituição do seu quadro genealógico. Esta ausência documental compromete a identificação plena do seu estatuto social de origem e das influências familiares que possam ter moldado a sua trajectória pessoal ou profissional.

O seu desaparecimento precoce, aos 45 anos, e a escassez de testemunhos coevos, tornam este personagem uma figura envolta em silêncio, embora a sua inclusão na Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640 revele que deteve, em vida, algum grau de reputação cívica e social.

Vida Privada e Ligação à Comissão Central

De acordo com os registos paroquiais, Luís de Vasconcelos de Azevedo e Silva foi casado com D. Maria do Carmo Vieira Rebelo, que sobreviveu ao marido. Nenhum descendente é diretamente mencionado nos registos consultados, o que sugere, ou a inexistência de prole, ou, novamente, a escassez documental que permeia a biografia desta figura.

A sua integração na Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, que daria origem à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, indica o seu envolvimento em actividades de cariz patriótico, cívico ou associativo, num momento em que a elite intelectual e política procurava reforçar o sentido histórico da soberania nacional portuguesa. Tal participação sugere o reconhecimento de um capital simbólico e social, apesar do relativo apagamento da sua biografia.

Considerações Finais

A figura de Luís de Vasconcelos de Azevedo e Silva representa um dos muitos casos de homens oitocentistas cuja passagem pelos registos institucionais revela apenas fragmentos de existência. O seu nome sobrevive, sobretudo, graças à menção na Comissão Central do 1.º de Dezembro, mas a ausência de outros dados biográficos mais completos deixa a sua memória num limiar entre o registo e o esquecimento.

A escassez de fontes não deve, porém, ser vista como ausência de significado: pelo contrário, sublinha a importância de preservar e aprofundar o estudo dos actores secundários da história nacional, muitas vezes ofuscados por nomes mais sonantes, mas igualmente fundamentais para a compreensão do tecido cívico e social do Portugal oitocentista.

Notas

1. Arquivo Paroquial da Freguesia da Pena, Lisboa. Registo de óbito de Luís de Vasconcelos de Azevedo e Silva, 1863.

2. *Portugal, Lisboa, Registos da Igreja Católica, 1334-1998*, FamilySearch, Entry for Luís de Vasconcelos de Azevedo e Silva.
3. Informação da Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640 – Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

s/imagem

CADEIRA N.º 37 – Manuel Coelho Torrezão

Linhagem e Primeiros Anos

Manuel Coelho Torrezão, presumivelmente nascido em 1828, pertence a uma antiga e nobre estirpe do Algarve, profundamente enraizada nas tradições militares e na genealogia da fidalguia portuguesa. Os seus antecedentes familiares remontam a figuras ilustres da região sul, nomeadamente o seu avô homónimo, Manuel Coelho Torrezão, natural de Lisboa, e sua avó paterna, D. Antónia Torrezão, natural de Faro. Era filho do sargento-mor Simão Coelho Torrezão, natural de Faro, e de D. Josefa Bernarda Mascarenhas, de Castro Marim, pertencente à casa dos Mascarenhas, nobre linhagem com vínculos reconhecidos na documentação genealógica da Câmara de Tavira¹.

A ascendência materna inclui ainda o capitão Gaspar Martins de Figueiredo Mascarenhas, natural de Castro Marim, e D. Mariana Teresa de Figueiredo Mascarenhas Lampreia Guerreiro, natural de Mértola. Este robusto quadro genealógico, cuja legitimidade foi autenticada por José Freire Monterroio Mascarenhas, demonstra o seu enraizamento em famílias de prestígio e com forte tradição militar e administrativa no território algarvio.

Vida Militar e Serviço ao Estado

A carreira de Manuel Coelho Torrezão inscreve-se, ao que tudo indica, no seio da continuidade da tradição castrense familiar. Em 1828, o seu pai requereu oficialmente o reconhecimento do jovem Manuel como cadete do Exército Português, o que sugere uma precoce iniciação nas armas e a tutela directa dos interesses militares da família². Ainda que não se encontre devidamente consultado o processo conservado no Arquivo Histórico Militar, fontes secundárias sugerem que este Manuel viria a alcançar o posto de major, sendo reformado com esse posto em 1886.

Tal percurso indica uma carreira longa, iniciada ainda sob os efeitos da guerra civil entre liberais e absolutistas, que moldou a estrutura das forças armadas nacionais ao longo do século XIX. É plausível que a sua actuação tenha atravessado a fase final das guerras liberais, o período do Setembrismo, e talvez os anos da Regeneração, com implicações logísticas ou administrativas, ainda que careçamos, por ora, de testemunhos específicos sobre o seu serviço activo.

Inserção Social e Memória

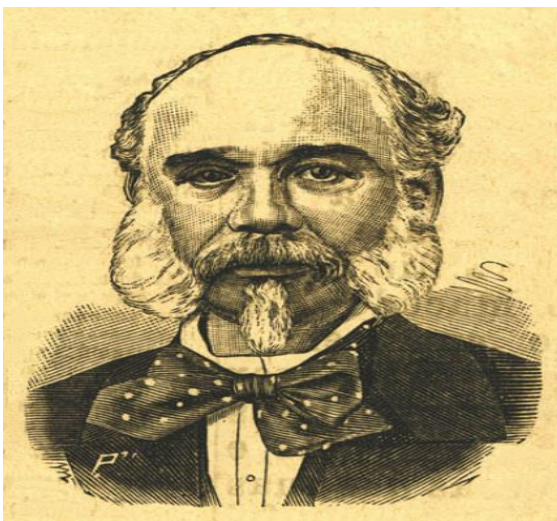
A figura de Manuel Coelho Torrezão adquire relevância suficiente para ter sido integrada

na Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, associação cívica e patriótica que visava perpetuar a memória da Restauração da Independência, e que mais tarde daria origem à Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Esta adesão revela o seu alinhamento com os valores do patriotismo histórico oitocentista e o seu posicionamento entre as elites conservadoras e nacionalistas da época.

O seu nome, embora discretamente conservado nos registos da memória institucional, representa a continuidade de uma linhagem cujo prestígio se afirmava tanto pela ascendência como pelo serviço ao Estado. Neste sentido, a sua figura deve ser vista como a expressão de um ethos nobiliárquico-militar que perdurou, com dignidade, até ao final do século XIX.

Notas

1. Arquivo Histórico Militar – Processo de Simão Coelho Torrezão (n. 1806), contendo genealogia autenticada por José Freire Monterroio Mascarenhas.
2. Portaria de 1828 mencionando o pedido de reconhecimento de Manuel Coelho Torrezão como cadete. Informação por verificar documentalente no AHM.



CADEIRA N.º 38 – Manuel de Jesus Coelho

Origens e Formação

Manuel de Jesus Coelho nasceu em Lisboa a 13 de março de 1808 e viria a falecer na mesma cidade em 26 de setembro de 1885. Proveniente de um meio modesto, iniciou-se profissionalmente como tipógrafo, ofício que lhe proporcionou uma ligação precoce ao universo das letras, da imprensa e das ideias progressistas. A prática tipográfica desempenharia um papel central na sua formação intelectual e política, enquanto o integrava nas redes de sociabilidade e mobilização da emergente classe operária urbana.

Jornalismo e Intervenção Política

A partir de 1834, já no rescaldo da vitória liberal, Manuel de Jesus Coelho afirmou-se como figura central da imprensa política de orientação setembrista. Foi diretor de diversos periódicos que marcaram o debate político português da época, entre os quais o *Nacional*, *O Patriota*, *O Português* e *Independência Nacional*. Estes jornais, que acompanharam os vaivéns da política liberal portuguesa, deram voz à esquerda constitucionalista, apoiando reformas políticas e sociais em favor das camadas populares.

A sua pena foi constantemente mobilizada em defesa das liberdades públicas, da descentralização administrativa e da educação popular. Defensor do papel pedagógico da imprensa, encarava o jornal como instrumento de formação cívica e como tribuna de denúncia das injustiças sociais.

Participação na Guerra Civil de 1846-1847

Durante a guerra civil da Patuleia, que opôs cartistas e setembristas, Manuel de Jesus Coelho alistou-se nas forças constitucionais e combateu como capitão nas ações de Estremoz e do Alto Viso. A bravura demonstrada em campanha valeu-lhe a condecoração com a Ordem Militar da Torre e Espada, a mais alta distinção honorífica do Estado português, reservada a feitos de valor, lealdade e mérito excecional em serviço da pátria.

Activismo Social e Legado Cívico

Nos anos posteriores à guerra civil, e em particular após o seu afastamento do jornalismo em 1857, assumiu funções administrativas na Alfândega de Lisboa. Tal mudança não significou, contudo, o abandono da vida pública. Pelo contrário, Coelho redirecionou os seus esforços para a construção de uma sociedade civil mais estruturada e solidária, nomeadamente através do associativismo popular.

Foi um dos fundadores da *Associação das Classes Laboriosas de Lisboa*, instituição de inspiração mutualista que visava a promoção da instrução e da solidariedade entre trabalhadores. De igual modo, participou na criação do Asilo de Santa Catarina, destinado a acolher os órfãos das vítimas da epidemia de febre-amarela de 1857, o que ilustra bem o seu compromisso com as questões sociais e humanitárias.

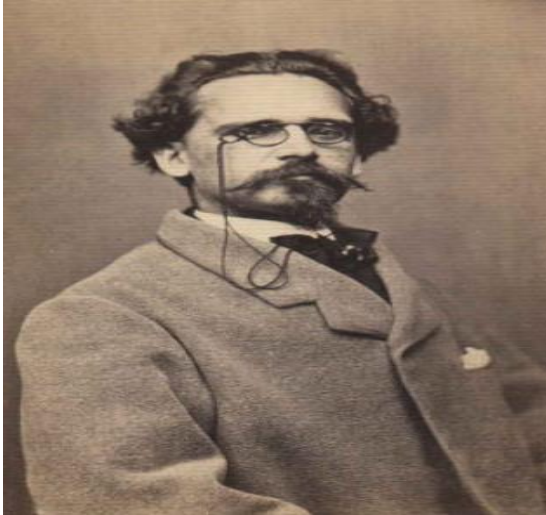
Últimos Anos e Memória

Manuel de Jesus Coelho manteve-se politicamente activo até ao final da vida, embora cada vez mais distante dos centros formais do poder. A sua trajectória é inseparável da história do setembrismo português e da luta pelos direitos sociais no século XIX. Foi uma figura de transição entre o activismo político do liberalismo radical e as primeiras formas organizadas do movimento operário em Portugal.

A sua memória perdura como exemplo de dedicação cívica e compromisso com os ideais de justiça e igualdade.

Notas:

- Informações biográficas reunidas a partir de registos de nascimento e óbito, fontes jornalísticas do período e documentação relativa à condecoração da Ordem da Torre e Espada.



CADEIRA N.º 39 – Pedro Wenscelau de Brito Aranha

Juventude e Formação

Pedro Wenscelau de Brito Aranha nasceu em 1833 e faleceu em 1914. Figura de proa da cultura portuguesa oitocentista, destacou-se como escritor, jornalista e, sobretudo, como bibliógrafo. O seu percurso foi marcado por uma impressionante autodidaxia, tendo iniciado a sua carreira profissional aos 16 anos como aprendiz de tipógrafo. Nesse ambiente de oficinas gráficas e tipografias lisboetas, encontrou o ponto de partida para uma longa e fecunda relação com os livros, a escrita e o pensamento crítico.

Sem formação académica formal, Brito Aranha construiu uma sólida cultura literária e histórica por meios próprios, vindo a granjear reconhecimento entre os seus pares pela erudição, clareza de estilo e rigor bibliográfico.

Jornalismo e Vida Intelectual

Brito Aranha teve uma carreira prolífica na imprensa e na edição literária. Colaborou com inúmeros jornais e revistas de relevo na vida cultural portuguesa do século XIX, tendo co-dirigido, ao lado de Vilhena Barbosa, os últimos números do *Arquivo Pitoresco*, uma das mais importantes publicações ilustradas da época.

Após a morte de Eduardo Coelho em 1889, fundador do *Diário de Notícias*, Brito Aranha foi convidado a assumir o cargo de redactor principal, função que desempenhou com distinção. A sua escrita no *Diário de Notícias* foi amplamente apreciada pela clareza, espírito crítico e compromisso com os valores patrióticos e culturais da nação portuguesa.

Atuação Cívica e Patriótica

Desde os primeiros momentos, em 1861, integrou a Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, entidade que mais tarde daria origem à Sociedade Histórica da Independência de Portugal. A sua participação nesta comissão inscreve-se num contexto de reação ao iberismo e de promoção da memória da restauração da independência nacional, numa época em que o tema da identidade e soberania portuguesa ganhava nova relevância no debate público.

Além disso, foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e eleito sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa em 1 de julho de 1886, o que atesta o reconhecimento institucional do seu contributo intelectual e científico.

Bibliógrafo e Guardião de um Legado

A faceta mais duradoura do legado de Brito Aranha reside, contudo, na continuação da monumental obra *Dicionário Bibliográfico Português*, iniciada por Inocêncio Francisco da Silva. A relação entre ambos ultrapassava os limites da colaboração profissional: Inocêncio, reconhecendo nele um herdeiro legítimo do seu labor, nomeou-o seu testamenteiro e confiou-lhe as notas e materiais necessários à continuidade do projeto.

Brito Aranha prosseguiu o *Dicionário Bibliográfico* com esmero e método, consolidando-o como ferramenta indispensável para o estudo da literatura e da história editorial portuguesa. A sua intervenção crítica e analítica no tratamento das entradas demonstra não apenas domínio bibliográfico, mas também um profundo sentido de responsabilidade para com o património intelectual nacional.

Legado

Pedro Wenscelau de Brito Aranha representa o ideal oitocentista do intelectual autodidata, empenhado na construção do saber como serviço público. A sua vida, dedicada à palavra impressa e à causa nacional, é exemplo de uma cultura forjada no trabalho, na leitura e no compromisso cívico. A memória que dele perdura é, sobretudo, a de um incansável trabalhador das letras e zelador da memória bibliográfica portuguesa.

Fontes principais:

- Continuação do *Dicionário Bibliográfico Português*, por Pedro W. de Brito Aranha.
- Registos institucionais da Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Artigos do *Diário de Notícias* e edições do *Arquivo Pitoresco*.

CADEIRA N.º 40 – D. Sebastião Maldonado

Ascensão e Primeiros Anos

D. Sebastião António Maldonado nasceu em Lisboa, a 26 de janeiro de 1810. Desde jovem, destacou-se pela sua posição social e pela sua ascensão na nobreza portuguesa. Em 5 de novembro de 1821, foi nomeado Moço Fidalgo da Casa Real, uma posição prestigiosa que refletia o seu status dentro da aristocracia. Poucos anos depois, em 29 de julho de 1816, foi agraciado com a carta de Vedor da Chancelaria-Mor do Reino e de Superintendente dos Novos Direitos, cargos que marcaram o início da sua carreira pública e sua crescente influência na sociedade portuguesa.

Casamentos e Família

D. Sebastião foi casado duas vezes, tendo formado uma família numerosa com descendência legítima e ilegítima.

1. Primeira União Conjugal com D. Maria Francisca Perone (1811-1855)

D. Sebastião casou-se pela primeira vez com D. Maria Francisca Perone, nascida em 2 de junho de 1811, filha de Vicente Perone, Ajudante do Recebedor da Alfândega das Sete Casas, e de D. Maria Joana Perone, ambos de origem genovesa. Dessa união, nasceram cinco filhos, entre os quais se destacam:

- **D. Miguel José Maldonado**
- **D. Frederico Guilherme Maldonado**
- **D. Maria Guilhermina Frederica Maldonado**, que casou em 26 de fevereiro de 1859, na freguesia dos Anjos, Lisboa, com Francisco Augusto de Sousa, funcionário da Repartição das Obras Públicas.
- **D. Isabel Lúcia Maldonado**
- **D. Sebastião Maria Maldonado**, nascido a 2 de setembro de 1841.

Após o falecimento de sua primeira esposa em 15 de agosto de 1855, D. Sebastião contraiu um novo matrimônio.

2. Segunda União Conjugal com D. Maria Leopoldina Galvão Mexia de Origny Crivas (1839-?)

Em 5 de novembro de 1859, D. Sebastião casou-se pela segunda vez com D. Maria Leopoldina Galvão Mexia de Origny Crivas, nascida em 29 de junho de 1839, filha de Manuel Maurício Crivas, Major de Infantaria, e de D. Maria Bárbara Mascarenhas Galvão Mexia de Origny. Desta união, nasceu um único filho:

- **D. Alexandre Magno Maldonado**, nascido a 22 de julho de 1862.

III. Filho Ilegítimo

Além dos filhos legítimos, D. Sebastião teve um filho ilegítimo:

- **Gaspar Augusto Maldonado**, nascido em 4 de agosto de 1852. Gaspar foi registado como filho de pais desconhecidos e faleceu na freguesia dos Anjos, Lisboa, em 30 de abril de 1883. Casou-se com Maria da Conceição.

Fonte de Reconhecimento e Legado

D. Sebastião Maldonado foi reconhecido e respeitado na sociedade portuguesa do século XIX, com destaque tanto para a sua vida pública quanto para o seu papel nas esferas nobilitárias e administrativas. Sua ascensão e atividade na corte, aliada à sua condição de Moço Fidalgo e aos cargos de destaque que ocupou, tornaram-no uma figura importante na aristocracia portuguesa.

Fontes:

- **Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)**, dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006.
- **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, 40 volumes, Lisboa e Rio de Janeiro, [195-].
- **Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**, 30 volumes, Lisboa, Verbo, 1998-2003.
- **Arquivo Histórico da SHIP**, Fichas de sócios nº 1-400, nº 401-750, nº 751-1000.

Texto e pesquisa: NUNES, Maria João